



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL –**  
**PPGExR**

**ADEILTON GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR**

**ALAGADIÇO: MEMÓRIAS E IDENTIDADES DE UMA COMUNIDADE**  
**QUILOMBOLA DE JUAZEIRO – BA, UMA ABORDAGEM**  
**AUDIOVISUAL**

**JUAZEIRO - BA**

**2018**

**ADEILTON GONÇAVES DA SILVA JÚNIOR**

**ALAGADIÇO: MEMÓRIAS E IDENTIDADES DE UMA COMUNIDADE  
QUILOMBOLA DE JUAZEIRO – BA, UMA ABORDAGEM  
AUDIOVISUAL**

Trabalho apresentado a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, campus Espaço Plural em Juazeiro – BA, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> João Alves do Nascimento Júnior

**JUAZEIRO – BA**

**2018**

	Silva Junior, Adeilton G. da
S586a	Alagadiço: Memórias e identidades de uma comunidade quilombola de Juazeiro-BA, uma abordagem audiovisual / Adeilton Gonçalves da Silva Junior. -- Juazeiro, 2018.
	xiv, 101 f.: il.; 29 cm.
	Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Espaço Plural, Juazeiro, 2018.
	Orientador (a): Prof.(a) Drº João Alves Nascimento Junior.
	1. Relações raciais. 2. Comunidades Quilombolas. 3. Escravidão - Brasil. I. Título. II. Nascimento Junior, João Alves. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.
	CDD 305.896

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF  
Bibliotecário: Márcio Pataro.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL –**  
**PPGExR**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**ADEILTON GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR**

**ALAGADIÇO: MEMÓRIAS E IDENTIDADES DE UMA COMUNIDADE**  
**QUILOMBOLA DE JUAZEIRO – BA, UMA ABORDAGEM**  
**AUDIOVISUAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural com ênfase em Identidade, Cultura e Processos Sociais, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Banca Examinadora**

---

Profº Drº João Alves do Nascimento Júnior – UNIVASF

---

Profª Drª Márcia Guena dos Santos – UNEB

---

Profº Drº Nilton de Almeida Araújo – UNIVASF

Dedico esta dissertação à comunidade quilombola de Alagadiço, pela forma carinhosa e fraterna com que me receberam em suas casas, em todos os nossos encontros.

Como também às demais comunidades mapeadas como quilombolas que existem em Juazeiro - BA. Que nessas páginas encontrem inspiração para o auto reconhecimento de suas localidades.

A todos os negros e negras, pela coragem e eterna resistência de um povo acostumado a reivindicar tudo que lhes foram negados durante o tempo.

Por isso tudo à Juazeiro-Ba, minha cidade querida. Que essas páginas possam integrar a história desse município.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao mestre Jesus e aos bons espíritos pelo apoio sempre presente durante essa montanha russa que é a vida corpórea e porque não dizer a vida acadêmica também.

A minha família, em especial à minha mãe, Anete Rodrigues e ao meu pai, Adeilton Gonçalves, por me educarem e me darem o mais importante da vida: o amor materno e paterno. Como também aos meus irmãos, Altamiro Neto, Andrei Silva e Ayrton Silva, por sempre confiarem no meu potencial.

Meus agradecimentos à minha esposa que amo e admiro, Raryana Wenethya Gonçalves, por sempre estar ao meu lado em todos os momentos, por me acalmar nas horas de aflição, por sempre ter os melhores conselhos, por me ajudar em tudo que precisei durante essa caminhada, por ter paciência comigo nos momentos de estresse e, o mais importante, por me amar incondicionalmente.

Aos professores que passaram pela minha vida, desde o ensino infantil, fundamental, médio, superior e pós-graduação, pelos ensinamentos valiosíssimos que compartilharam comigo.

Ao meu orientador, Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> João Alves do Nascimento Júnior, por acreditar no meu projeto desde o início, pelas conversas sempre produtivas que tivemos e pelos valiosos conselhos.

Agradeço a todos os meus amigos e amigas, pela torcida. Em especial, ao meu amigo Carlos Dornels, por me incentivar a seguir essa jornada e, mesmo distante, continuar me estimulando a olhar a vida acadêmica como uma possibilidade real.

Ainda sobre os meus amigos, agradeço à companheira Raiane Sousa pelo apoio moral e material sempre disponível. Agradeço também a minha colega de turma do mestrado Maria Cândida dos Santos, por, através da sua rede de contatos, me oferecer vários entrevistados importantes para a construção desse trabalho.

A Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em especial ao Projeto de Pesquisa Perfil Foto etnográfico das Populações Quilombolas da Região do Submedio São Francisco: Identidades em movimento, no qual atuei como voluntário em quase todos os anos da minha graduação em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo em Multimeios, por incutir em mim o interesse pela pesquisa.

E por fim à Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e à todas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

*“Não sou descendente de escravos.  
Eu descendo de seres humanos que foram escravizados.”*

Makota Valdina

## RESUMO

Com o objetivo de evidenciar, através de um vídeo documentário, as nuances da representação da comunidade quilombola de Alagadiço em Juazeiro – BA, primeira comunidade reconhecida neste município, esta dissertação pretende sistematizar o processo de construção do Doc “Alagadiço: Memórias e Identidades de uma Comunidade Quilombola”, bem como do Minidoc “Alagadiço: Um Quilombo no Sertão”. Este trabalho pretende ainda fazer um resgate sobre alguns fatos históricos da escravidão no Brasil, na Bahia e em Juazeiro afim de contextualizar a presença negra nesse município.

**Palavras-chave:** Quilombo; Comunidade quilombola; Documentário; Comunidade Alagadiço.

## **ABSTRACT**

With the purpose of evidencing, through a documentary video, the nuances of the representation of the quilombola community of Alagadiço in Juazeiro - BA, the first community recognized in this municipality, this dissertation intends to systematize the process of construction of Doc "Alagadiço: Memórias e Identidades de uma Quilombola Community ", as well as the Minidoc" Alagadiço: Um Quilombo no Sertão ". This work also intends to make a rescue on some historical facts of slavery in Brazil, Bahia and Juazeiro in order to contextualize the black presence in this municipality.

**Key-words:** Quilombo; Quilombola community; Documentary; Alagadiço Community.

## TABELAS

- Tabela 1:** Embarque de africanos escravizados divididos por grandes regiões 26
- Tabela 2:** População brasileira da década de 1872 dividida por sexo e 43  
situação de liberdade segundo primeiro recenseamento Geral do  
Império do Brasil
- Tabela 3:** População de Juazeiro –BA da década de 1872 dividida por sexo, 44  
cor e situação de liberdade segundo primeiro recenseamento Geral  
do Império do Brasil,
- Tabela 4:** População de Juazeiro –BA da década de 1872 dividida por sexo, 44  
situação de liberdade e profissão segundo primeiro recenseamento  
Geral do Império do Brasil

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> -	Mapa construído pelo Engenheiro Halfeld 1852 a 1854,	42
<b>Figura 2</b> -	Oficina de vídeo em Alagadiço	59
<b>Figura 3</b> -	Enquadrado o cotidiano	59
<b>Figura 4</b> -	Construção do olhar fotográficos	59
<b>Figura 5</b> -	Dominando os meios de produção	59
<b>Figura 6</b> -	Minidoc construído pelas crianças	60
<b>Figura 7</b> -	O perfilado no mindoc	60
<b>Figura 8</b> -	A representação de um modo de vida	60
<b>Figura 9</b> -	Pescando em um rio de sonhos	60

## SIGLAS

<b>APEB –</b>	Arquivo Público do Estado da Bahia
<b>CODEVASF-</b>	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba;
<b>DOC –</b>	Documentário;
<b>FCP –</b>	Fundação Cultural Palmares
<b>FNB -</b>	Frente Negra Brasileira
<b>IBGE -</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INCRA -</b>	Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
<b>INSS –</b>	Instituto Nacional do Seguro Social;
<b>MINIDOC –</b>	Minidocumentário;
<b>PPGExR –</b>	Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural.
<b>PRONAF –</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
<b>UNEB –</b>	Universidade do Estado da Bahia;
<b>UNIVASF –</b>	Universidade Federal do Vale do São Francisco;

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	16
<b>CAPÍTULO I</b>	19
<b>1. NAVEGANDO PELA LITERATURA ESCRAVOCRÁTA BRASILEIRA</b>	19
1.1 Apontamentos sobre Racismo	19
1.2 Da benção papal ao decreto da princesa: a história oficial	22
1.3 As insurreições e a luta do povo negro pela liberdade: a história real	27
1.4 Da liberdade à marginalização	34
<b>CAPÍTULO II</b>	38
<b>2. A HISTÓRIA ESCRAVOCRATA NÃO CONTADA DE JUAZEIRO – BA</b>	38
2.1 A presença escrava em Juazeiro – BA	38
2.2 Dom Pedro II e os 400 escravos de Juazeiro – BA em 1852	40
<b>CAPÍTULO III</b>	46
<b>3. MARCOS CONCEITUAIS DA HISTÓRIA NEGRA</b>	46
3.1 Quilombo, liberdade e fraternidade: a convivência negra no Brasil	46
3.2 Território e identidade negra	49
<b>CAPÍTULO IV</b>	52
<b>4. A PESQUISA EM ALAGADIÇO: A CONSTRUÇÃO DOS DOCUMENTÁRIOS</b>	52
4.1 Documentário e a representação da história negra brasileira	52
4.2 O percurso metodológico para a construção dos documentários	55
4.2.1 Minidocumentário – Alagadiço um Quilombo no Sertão.	59
4.2.2 Documentário – Alagadiço: Memórias e identidades de uma Comunidade Quilombola	61
<b>CAPÍTULO V</b>	64
<b>5. UMA ANÁLISE SOBRE O PRIMEIRO QUILOMBO RECONHECIDO EM JUAZEIRO – BA</b>	64
5.1 Alagadiço: o único quilombo reconhecido em Juazeiro-BA	64
5.2 Observações sobre Alagadiço	68
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	71
<b>REFERÊNCIAS</b>	73
<b>ANEXO 1</b>	77
MAPA DO RIO SÃO FRANCISCO EM 1853 – 1854	78
Fonte: Eng. Halfeld	78
<b>APÊNDICE</b>	79

<b>APÊNDICE I</b>	80
<b>CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – PERÍODO 2018.1</b>	80
<b>APÊNDICE II</b>	81
<b>QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO</b>	81
<b>APÊNDICE III</b>	85
<b>TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE IMAGEM</b>	85
<b>ORÇAMENTO</b>	100

## INTRODUÇÃO

Todas as questões de desigualdade, exclusão e opressão ligadas a um determinado povo, tem explicação quando voltamos nosso olhar ao passado, na busca por entender a origem de todas essas violências e, assim, conseguirmos mensurar as consequências disso para as gerações que se seguem.

Mesmo que a historiografia carregue tendências políticas e ideológicas é preciso compreendê-la para que possamos criticá-la. Referente a história da escravidão e seu legado aos africanos que foram traficados e escravizados, observa-se a existência de várias vertentes historiográficas. Uma dentre elas, descreveremos nestas páginas como a história oficial, a que narra o processo de libertação do povo negro, amplamente discutido na esfera internacional, e que a partir disso evoluiu para a construção de políticas abolicionistas, mas que colocou o povo negro em total situação de passividade.

A outra vertente denominaremos de história real, no qual mostraremos a participação do povo escravizado como protagonista na luta pela sua independência das senzalas e ativo nas insurreições, pressionando o sistema a caminhar para a abolição, que passou a ser caracterizada como uma conquista e não um presente.

Para uma sociedade que parece sofrer de amnésia coletiva sobre as mazelas vivenciadas em todas as suas esferas (sociais, políticas, econômicas, etc.), trazer à tona a análise crítica de fatos históricos serve de reavivamento, no que diz respeito ao caminho árduo que algumas “minorias políticas” percorreram para avançar, mesmo que timidamente, ao longo dos anos. Embora, se tratando dos direitos dos povos negros e quilombolas em particular, essa é uma discussão urgente!

Não há como pensar os processos sociais que o negro vivenciou no Brasil, sem entendermos como isso se estabeleceu ao longo dos anos, décadas e séculos, desde o tráfico transatlântico, a escravidão, ao surgimento das comunidades quilombolas, a libertação dos escravos pré e pós abolição da escravatura até as comunidades quilombolas na contemporaneidade.

O aprofundamento nessas discussões possibilita a obtenção de uma visão ampla das violências que os negros foram submetidos no período da escravidão. O cárcere, o trabalho forçado e sem remuneração, os abusos sexuais, as surras, os assassinatos, a negação de si próprio, a coisificação do ser humano na sua forma mais cruel e literal são apenas alguns dos exemplos.

Apesar das leis abolicionistas e o 13 de maio tão aclamado pela fantasiosa benevolência da coroa, os abusos e violências contra o povo negro continuaram. Embora garantida a liberdade das senzalas, nunca foi garantido aos negros a cidadania, o acesso à saúde, a educação, ao lazer, a moradia etc.

Junto ao estigma da escravidão somam-se os preconceitos e a marginalização do povo negro que é empurrado para as favelas, os subempregos, as más condições de moradia, as negativas das políticas públicas, as abordagens policiais por serem sempre considerados os “suspeitos”. Além de tudo isso, lidar com os abusos cotidianos de quem se acostumou a agredir baseado numa ideologia pífia de meritocracia.

Entendendo que as atrocidades feitas contra um povo inteiro no passado refletem nos dias atuais, se faz necessária a luta diária por políticas públicas de reparação, que ofereçam aos negros todas as oportunidades que lhes foram negadas durante séculos.

Além das cidades, as comunidades negras também se estabeleceram nas áreas de vários municípios, construindo comunidades negras, rurais e quilombolas. Esse tipo de aldeamento é caracterizado como um símbolo de resistência, mas também representa um modo de vida baseada na fraternidade entre os comunitários.

Essas comunidades mantêm uma organização social própria, mas sem nenhum amparo governamental ligados a políticas públicas de saúde, educação, saneamento básico, emprego e renda, ou seja, refém do esquecimento e da exclusão social que vem sistematicamente marginalizando os povos negros no Brasil.

A partir dessas discussões foi buscada uma base teórica sólida, para que através de um documentário em audiovisual, seja possível representar as relações de memória, identidade, território, economia, política e cultura dos integrantes da comunidade remanescente de quilombo de Alagadiço, primeira reconhecida

oficialmente, localizada no município de Juazeiro-BA. Com o resultado das imagens cinematográficas, construir uma narrativa fílmica que endosse as relações sociais, anteriormente destacadas, e evidenciar as privações de políticas públicas e violências que essa comunidade enfrenta até hoje.

Essa pesquisa objetiva ainda, levantar informações sobre a presença negra na cidade baiana de Juazeiro, dado que teria ligação direta com o número de comunidades quilombolas presentes no território da cidade, além de fatos históricos sobre a presença negra escravizada, liberta e livre que existiam nas primeiras décadas do surgimento do município. Além de propor uma explanação sobre o processo de abolição e abandono social do negro no período pós-abolição e seus impactos nos dias atuais.

## **CAPÍTULO I**

### **1. NAVEGANDO PELA LITERATURA ESCRAVOCRÁTA BRASILEIRA**

A discussão histórica sobre a escravidão faz-se necessária para que possamos entender como se deu o processo do cativo aos povos africanos e, a partir disso, refletirmos sobre seus impactos na sociedade contemporânea. No entanto, é preciso salientar que não é a finalidade deste trabalho fazer uma análise aprofundada desse tema, nem ao menos ter a pretensão de esgotá-lo no que diz respeito aos diversos escritores e historiadores que se dedicaram a estudar sobre essa temática, ainda porque o autor desse texto não é um historiador.

O intuito desse trabalho é expor um leve apanhado de fatos históricos que narram o processo de escravidão no Brasil. O ponto de corte onde daremos início a nossa discussão, por questões didáticas, é a partir do interesse Europeu na escravidão com a concessão do direito de escravizar dada pela Igreja Católica.

Com isso, cabe informar que os subtítulos “história oficial” e “história real” carregam apenas alguns apontamentos históricos que evidenciam a diferença de abordagem que era dada a participação negra pelos diferentes vieses hegemônico e contra-hegemônico.

Com esse levantamento histórico é possível, em partes, compreender como se deu todo o processo de escravidão e compreender a origem dos preconceitos e violências, física e psicológica, imposta aos negros e negras ao longo dos anos.

#### **1.1 Apontamentos sobre Racismo**

Garantir benefícios baseado no fenótipo é um dos pilares do racismo. O outro, conseqüentemente, é garantir prejuízos, também baseado nessa mesma relação. Na antiguidade essas vantagens podiam ser traduzidas em acesso ao território, água, rios e etc. Hoje, as vantagens são o acesso à educação, saúde, políticas públicas, bens e serviços ou o prejuízo da negação de todos esses direitos (MOORE, 2007).

Baseado nesse pensamento, à população negra em todo o mundo foi reservado os prejuízos, de todas as formas, desde a história da humanidade. Julgados raça inferior, os negros de todo o mundo sofreram, sofrem e, infelizmente, ainda vão sofrer bastante o prejuízo da negação de seus direitos.

A função básica do racismo é de blindar os privilégios do segmento hegemônico da sociedade, cuja dominância se expressa por meio de um *continuum* de características fenotípicas, ao tempo que fragiliza, fraciona e torna impotente o segmento subalternizado. A estigmatização da diferença com o fim de “tirar proveito” (privilégios, vantagens e direitos) da situação assim criada é o próprio fundamento do racismo. Esse nunca poderia separar-se do conjunto dos processos sistêmicos que ele regula e sobre os quais preside tanto em nível nacional quanto internacional (MOORE, 2007, p. 284).

Assim, o racismo estabelece suas relações, em totalidade, usufruindo de privilégios e vantagens em níveis inimagináveis e prejudicando, discriminando e violentando, física e psicologicamente, o outro social baseado num suposta superioridade humana ligado à raça.

O racismo foi definido por Carlos Moore (2007) como um dos mais vitais problemas da humanidade. De acordo com o autor, esse conceito não se trata de exagero, uma vez que é um problema vivenciado em todo o mundo desde a antiguidade até os dias atuais.

E não é certamente um exagero expressar essa convicção, na medida que se encontra na raiz dos desarranjos sociais extremos vivenciados em praticamente todos os países do mundo, tornando-o a última fronteira do ódio no planeta (MOORE, 2007, p. 280 – 281).

Segundo Moores (2007), o racismo é um problema com raízes profundas na história da humanidade, e é essa característica que o distingue de uma construção ideológica com fins políticos e econômicos, como se acreditou ser por muito tempo (MOORE, 2007).

Uma outra distinção que deve ser colocado quanto ao racismo é o seu lugar entre os vários tipos de preconceitos. Pois caso não houvesse essa separação, poderíamos, supostamente, classificar como racismo várias formas de preconceitos:

contra o homossexual, gordo, magros, feios e até mesmo contra a natureza. Uma vez que ao se falar em racismo e preconceito logo não nos veem nenhuma diferença, mas elas existem. (MOORE, 2007)

A confusão entre racismo e preconceito é evidente. Ora os preconceitos não são necessariamente manifestações de racismo. Pelo contrário: é o racismo que gera os piores e mais violentos preconceitos. Dentre eles, o mais profundo e abrangente é a noção de superioridade inata entre os seres humanos. (MOORE, 2007, p. 280).

Os preconceitos, por mais longas que sejam suas evidências na história, podem não ser compartilhados em todas as civilizações. Moore (2007), destaca o exemplo dos homossexuais, não encarados como um problema nas sociedades helenísticas e romanas, mas que ao mesmo tempo, foram civilizações extremamente racistas e sexistas (MOORE, 2007).

Ou seja, a maioria das sociedades pode não ser preconceituosa com esse ou aquele grupo social, mas o racismo e o sexismo estiveram e estão presentes nas sociedades. O indivíduo pode não ser homofóbico ou xenofóbico, mas pode manter um comportamento extremamente racista ou sexista.

Ainda de acordo com Moore (2007), o racismo visa a manutenção do sistema de privilégios entorno do fenótipo. “O racismo é uma recuperação cultural de um conjunto de comportamentos agressivos, violentos e egoístas cuja finalidade é a estruturação e a sustentação de sistemas de gestão dos recursos em termos racialmente monopolistas” (MOORE, 2007, p. 284).

Classificando o racismo como uma construção ideológica, acreditou-se por muito tempo que o desenvolvimento poderia, a longo prazo, diluí-lo através dos investimentos em educação. Mas, constatada sua construção histórica e não ideológica, o racismo ainda persiste, infelizmente.

Um exemplo do racismo construído historicamente foi a escravidão, uma chaga ainda mal resolvida para o brasileiro e que ainda hoje, sem sombra de dúvida, traz prejuízos para a população negra. Ter os antepassados julgados inferiores devido a raça e, por conseguinte, escravizados reservou aos negros os piores empregos, as

piores moradias, os menores índices de ingresso no ensino superior, as maiores chances de ser preso ou morto, entre tantos outros indicadores sociais. É preciso seguir lutando por igualdade e políticas públicas de reparação a tudo que foi negado ao povo negro durante os anos.

## 1.2 Da benção papal ao decreto da princesa: a história oficial

“Indivíduo feito propriedade de outrem: um escravo” (ALENCASTRO, 2000, p. 46). Essa é a definição literal de uma das práticas mais cruéis de sequestro, encarceramento e tráfico de um povo. A palavra escravo é nativa do vocabulário catalão, extraída do idioma Francês, termo que se popularizou a partir do século XV (ALENCASTRO, 2000).

O sistema escravista buscava impor três princípios aos escravizados: a dessocialização, ato de capturar e separar o indivíduo da sua comunidade nativa; a despersonalização, quando há a conversão do ser humano em mercadoria e da coisificação, quando o ser humano passa a ser tratado como objeto e é inserido na sociedade escravista (ALENCASTRO, 2000).

A legalização mais moderna do ato de escravizar alguém foi concedida pelo Papa Nicolau V, em oito de janeiro de 1454, século XV, através da Bula *Romanus Pontifex*, ao Rei de Portugal Afonso V (ALMEIDA, 2002). Com a anuência do mais alto escalão do Vaticano, foi instituída a barbárie da captura e comercialização de pessoas.

[...] concedemos ao dito rei Afonso (V) a plena e livre faculdade, entre outras, de invadir, conquistar, subjugar a quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo praticar em utilidade própria e dos seus descendentes [...] (RIBEIRO, 1995 *apud* ALMEIDA, 2002, p.5).

A Bula romana, além de classificar os menos favorecidos como inimigos do Cristo, determinava normas básicas para a colonização e autorizava novas cruzadas

contra os pagãos. Outorgava, ainda, o direito de condenar os negros e seus descendentes a atividades servis em nome de Deus.

Os africanos traficados vinham de diversos locais do Continente Negro:

Nos anos 1526-50, antes do deslanche do tráfico para o Brasil, saía da Guiné-Bissau e da Senegâmbia uma média de Mil cativos por ano. Cifra representando 49% dos indivíduos deportados do Continente Negro. Da África Central vinham outros 34%, enquanto 13% eram provenientes do golfo de Guiné (ALENCASTRO, 2000, p. 58).

A partir da colonização portuguesa, o Brasil passou a ser o país mais escravista do mundo. Os primeiros africanos escravizados chegaram às terras brasileiras em 1559, e entre os séculos XVI a XVIII sua população de cativos só era inferior à dos Estados Unidos. A colônia portuguesa destacava-se também como a mais influente participante do tráfico transatlântico de escravos e desde o século XVII o maior importador de africanos escravizados em todos os períodos (MARTINS, 2004).

O primeiro passo que apontava para a ilegalidade do tráfico transatlântico de escravos foi declarado em 1807 pela Inglaterra. E, em virtude da busca de apoio internacional, logo após a declaração de independência do Brasil em 1822, Dom Pedro I assume, para garantir apoio inglês, o compromisso de abolir o tráfico negreiro e em 7 de novembro de 1831 sanciona a lei Feijó (COTA, 2011).

Segundo Cota (2011, p. 69), a lei Feijó não surtiu nenhum efeito na sociedade, tratando-se de um “completo desrespeito à legislação, não só por parte dos proprietários escravistas, mas por parte do próprio Estado”.

A ameaça de punição não intimidou os “importadores” que contavam com a completa conivência do governo imperial, que procurava fechar seus olhos aos atos de pirataria. O fato do corpo de funcionários do Estado responsáveis pela apreensão e julgamento dos contrabandistas ser em grande medida formado por proprietários escravistas ou correligionários políticos a estes ligados dificultava ainda mais a aplicação da lei. Não obstante, os olhos de uma autoridade poderiam ser facilmente fechados com “uma combinação de suborno e intimidação” (BETHEL, 1976, p. 85). [...] Residia nesse amplo e desavergonhado desrespeito legal a origem de uma das expressões de uso mais popular entre os brasileiros: “lei para inglês ver”. A lei de 1831 foi, assim como outras tantas leis criadas em solo brasileiro, uma promessa sem a intenção de ser cumprida (COTA, 2011, p. 69).

Por mais estranho que isso possa parecer, foi exatamente nesse período, a partir 1835, que o tráfico transatlântico de africanos escravizados “se avolumou em escala extraordinária, montando a cerca de 700 mil pessoas violentamente trazidas ao país nos quinze anos subsequentes”.[...] Ironicamente, foi nos quadros do Estado nacional contemporâneo que a escravidão se expandiu com mais rapidez e força no Brasil, tudo em nome de nosso crescimento econômico e civilizacional (PARRON, 2009, p. 5).

Analisando o passado, mas sem deixar de observar o presente, é de se convir que, seja no período regencial ou na atual conjuntura política brasileira, fiscalizando o tráfico transatlântico de escravos ou na vigilância das leis trabalhistas, percebe-se que não é contemporânea a predisposição do Brasil em colocar, em dito popular, “a raposa pra cuidar das galinhas”.

Para Cota (2011, p.70), o tráfico transatlântico de africanos só foi impactado de fato quando o governo britânico interveio novamente entre os anos de 1849 e 1850, ao endurecer a repressão aos traficantes escravistas nos mares brasileiros. Intervenção que causou desconforto diplomático na época, obrigando o governo brasileiro a ceder às demandas exteriores. Foi nesse contexto que foi promulgado em 4 de setembro de 1850 a lei Eusébio de Queiroz.

Com a nova lei, o tráfico passaria a ser combatido de forma efetiva, entretanto, a legislação trouxe consigo, na prática, a anistia aos antigos traficantes e a conseqüente convivência com o crime da escravização de milhares de africanos introduzidos ilegalmente no Brasil, assim como de seus descendentes (COTA, 2011, p. 70).

O fiasco da lei Feijó em 1831, garantiu aos escravocratas o tráfico ilegal de milhares de africanos escravizados ao Brasil. No entanto, décadas depois a lei Feijó passou a ser utilizada como argumento para a liberdade de escravos importados ilegalmente, entre 1831 a 1850. Muitos abolicionistas, entre ele Rui Barbosa, defendiam que os africanos traficados nesse período fossem declarados livres, com base na lei Feijó (COTA, 2011).

Após a sequência de fatos que se seguiram no Brasil, as reações contrárias dos escravistas e simpáticos a escravidão era natural. As publicações de *Ao Imperador: novas cartas políticas de Erasmo* de 1867, representam um símbolo dessas manifestações. Nelas, José de Alencar, associado aos líderes históricos do Partido Conservador, formado por um grupo de estadistas ou ligados diretamente ao tráfico negreiro, defendia categoricamente a escravidão e até mesmo o tráfico transatlântico (PARRON, 2009, p.5).

[...]não havia outro meio de transportar aquela raça [os africanos] à América senão o tráfico. Por conta da consciência individual, correm as atrocidades cometidas. Não carrega a ideia com a responsabilidade de semelhantes atos, como não se imputam à religião católica, a sublime religião da caridade, as carnificinas da inquisição. O tráfico, na sua essência, era o comércio de homens; a mancipatio dos romanos. Sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou, a América seria ainda hoje um vasto deserto (ALENCAR, 1867, p. 17 *apud* PARRON, 2009, p. 5).

Promulgada em 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre “representou, não só a intromissão do Estado imperial nos assuntos concernentes à liberdade dos escravos, mas, também, o principal marco de um projeto de abolição gradual engendrado nos salões do Império” (COTA, 2011, p. 74).

Após 14 anos da Lei do Ventre Livre é proposta a lei Saraiva-Cotegipe, conhecida como a lei dos Sexagenários, que garantia a liberdade de escravos com idade acima de 60 anos, mas que concedeu a liberdade a poucos, pois raros escravos chegavam a essa idade. Contudo, apimentou os debates que culminaram, em 1888, na abolição, teoricamente, definitiva dos escravos.

Conforme Eltis (2007), durante todo o período do tráfico aproximadamente 12,5 milhões de escravos foram transportados da África, destes 10,7 milhões aportaram nas Américas.

No bando de dados do site Slave Voyages, estão catalogadas 29 mil travessias transatlânticas e, de acordo com a tabulação dos dados, embarcaram em direção ao Brasil 3.541.889 africanos. Esses dados foram construídos a partir de pesquisas em acervos históricos de diversos países, entre eles: Estados Unidos, Inglaterra, Portugal, África, Brasil. As informações do site Slave Voyages são apontadas, na

contemporaneidade, como a base mais confiável, embora existam publicações divergentes.

**Tabela 1: Embarque de africanos escravizados divididos por grandes regiões**

Colunas	Europa	America do Norte	Caribe	Espanha americana	Brasil	Continente Africano		Outros	Total
1501-1550	624	-	6.775	14.926	-	-	-	2.234	24.559
1551-1600	266	-	29.187	193.961	1.319	399	36.191	261.323	
1601-1650	359	-	26.366	299.634	41.651	240	17.014	385.264	
1651-1700	2.743	11.954	443.006	40.237	89.923	3.460	12.294	603.617	
1701-1750	3.966	137.760	1.161.841	55.785	665.269	1.536	50.687	2.076.844	
1751-1800	1.169	145.970	2.256.018	15.582	806.923	2.824	36.525	3.265.011	
1801-1850	-	63.818	899.400	31.231	1.927.006	138.135	21.887	3.081.477	
1851-1900	-	1.922	190.056	-	9.798	18.340	-	220.116	
Total	9.127	361.424	5.012.649	651.356	3.541.889	164.934	176.832	9.918.211	

Fonte: banco de dados de Slave Voyages

O banco de dados de Slave Voyages mostra ainda que dos 3.541.889 africanos embarcados apenas 3.188.332 pisaram em solo brasileiro com vida, o que significa dizer que mais de 350 mil africanos morreram durante as viagens em 300 anos de escravidão.

A partir da abolição da escravidão, decretada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea, com dualismo, a lei que libertava os negros das senzalas trouxe também um legado de desastre aos ex-escravos, que foram completamente abandonados propositalmente pelo Estado brasileiro, visto que foram adotadas uma série de medidas anti-negros (BANDEIRA, 1991).

É importante ressaltar que de acordo com o Recenseamento Geral do Império, 1872, mais de 2/3 da população escrava já era liberta. Segundo o Censo, aproximadamente 6 milhões de pessoas foram declaradas como pretos, pardos e caboclos, e, pouco mais de 1,5 milhão ainda eram escravos nesse período, há 16 anos da sanção real da Princesa Regente (RECENSEAMENTO GERAL DO IMPÉRIO, 1872).

Como destacou Bandeira (1991, p.17), a abolição foi de fato a anulação dos deveres dos senhores de escravos sobre a população ainda escrava e seus descendentes já libertos. Indicativo disso foi a discussão, durante algum tempo, da

possibilidade de indenização do Estado aos ex-proprietários de escravos quanto ao prejuízo causado pela abolição. “Mas nunca houve a intenção de ressarcir os ex-escravos dos danos causados pelo cativoiro”. (MARTINS, 2004)

Segundo Bandeira (1991, p. 17), a Lei Áurea isentou completamente o Estado de qualquer responsabilidade sobre a escravidão e o seu legado. Para a autora, a abolição se deu pelo viés do Estado, mais que pelo viés dos povos escravizados, pois “instituiu a abolição da responsabilidade histórica e social sobre a escravidão, imputando ao negro o seu legado”.

A autora ressalta ainda, que a irresponsabilidade do Estado se reafirma na Constituição de 1891, quando indica que os negros são cidadãos em pleno gozo de direitos, mas na prática, não tem a mínima preocupação em salvaguardar os ex-escravos e seus descendentes do estigma da escravidão, não levando em consideração os problemas sociais dos negros como problemas sociais da nação. Ora, se no limiar do ano de 2018, século XXI, os negros ainda sofrem com o peso do período escravocrata, no qual o racismo ainda é presente, imagina no período pós-abolição. (BANDEIRA, 1991, p.18)

Com a isenção das responsabilidades dos escravistas sobre a escravidão e a preposição de indenizar os ex-proprietários de escravos, não é de se admirar que o Brasil fosse o penúltimo país do hemisfério a abolir o tráfico de pessoas e o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão (MARTINS, 2004).

### 1.3 As insurreições e a luta do povo negro pela liberdade: a história real

Analisando todo o capítulo acima é possível observar que o papel do negro no processo de abolição é quase imperceptível, segundo a história oficial. Há sempre um branco à frente do processo e o protagonismo do povo escravizado é colocado de forma passiva e romantizada, como se estivessem à espera de um outro redentor que fosse falar e agir em sua defesa.

Parafraseando a teoria marxista de que a história da humanidade é a história da luta de classes, talvez, no caso brasileiro, e tendo como base unicamente a

historiografia oficial, a história da humanidade seja a história das classes dominantes, daquelas que tinham o poder da escrita e assim moldavam os fatos históricos de acordo com suas ideias, exaltando alguns momentos e suprimindo outros que considerassem um tanto quanto sem relevância.

Neste subcapítulo conheceremos os fatos não contados na história oficial: A participação dos negros escravizados e ex-escravos na luta pela liberdade. Abordaremos nas próximas linhas, os primeiros levantes e os personagens principais, esquecidos ou apagados da história oficial brasileira, que impactaram o regime escravista do Brasil, suas vitórias e suas derrotas.

A relação Brasil/África começa a partir da exploração da nova terra recém “descoberta”. Simultaneamente a retirada de riquezas da mais nova colônia portuguesa, surge a raça negra no território tupiniquim, “fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão” (NASCIMENTO, 2016, p. 56).

Após a chegada sistemática dos primeiros africanos escravizados ao Brasil, em 1559, aproximadamente 40 anos depois do início do tráfico, tiveram início as primeiras insurgências dos povos africanos.

Lá pelos anos de 1590 e poucos, alguns africanos escravizados no Brasil romperam os grilhões que os acorrentavam e fugiram para o seio das florestas situadas onde estão hoje os estados de Alagoas e Pernambuco (NASCIMENTO, 1980, p. 46).

Segundo Nascimento (1980, p. 46), ao mesmo tempo, em que os primeiros rebeldes fugiam para formar o quilombo dos Palmares, “primeiro Governo de africanos livres nas terras do Novo Mundo”, na África, havia resistência contra à invasão portuguesa no território africano, liderada pela rainha Ginga.

Até aqui é possível descartar a “tese popular” de que o povo negro se deixou escravizar. A resistência do povo africano no Brasil foi marcada por um verdadeiro banho de sangue, que escorria desde a ladeira dos aflitos até a praça da piedade, na capital da província da Bahia, palco das execuções (NASCIMENTO, 1980).

Conforme Nascimento (1980, p. 51), destaca-se os levantes negros da Bahia que aconteceram nos anos de 1807 a 1809, “quando os escravos formaram uma

sociedade secreta intitulada OGBONI, que exerceu influência no combate a escravidão”.

[Na África] a Associação Ogboni é uma instituição dos Iorubás incumbida de funções religiosas, administrativas, políticas e judiciais. Ela é uma espécie de assembleia de anciãos que, unidos ritualmente, regem um importante culto estruturado a partir da cosmologia dos Iorubás [...] (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 20)

Trata-se, segundo Ribeiro Júnior (2008), de um senado de anciões. Essas associações existiam em cada vilarejo Iorubá e faziam oposição aos reis. No entanto, devido a condição de escravidão, a associação Ogboni ao se instalar na Bahia, durante os séculos XVIII ao XIX, não teria tamanha influência restando apenas o componente religioso. “Nas terras brasileiras poderiam restar, sobretudo, o componente religioso da instituição africana” (RIBEIRO, 2008, p. 26).

Ainda de acordo com os relatos de Nascimento (1980 p. 51), as primeiras tentativas de rebelião dos escravos terminaram em massacre. “Cerca de 600 escravos tentaram ocupar a capital da província da Bahia em fevereiro de 1813” [...] A tentativa ousada resultou na morte em combate de vários escravos, alguns, na iminência da derrota, cometeram suicídio, outros foram aprisionados.

Após a derrota, em maio do mesmo ano, uma nova investida dos escravos estava sendo preparada. Após uma traição, todos os organizadores da revolta foram torturados e os que sobreviveram as sessões de horror foram executados em 18 de novembro de 1814[...]. “Ironicamente o lugar das execuções se chamava Praça da Piedade”, localizada em Salvador na província da Bahia. (NASCIMENTO, 1980, p. 51).

Nascimento (1980, p.56), relata ainda que o quilombo das Matas de Urubu, próximo a capital da Bahia, promoveu ações agressivas na tentativa de libertar escravos em 1826. Mas, também foi abatido e muitos quilombolas feitos prisioneiros.

Uma nova investida dos escravos aconteceu em 1830, um ano antes da promulgação da lei Feijó em 1831. Esse levante também foi, como de costume, violentamente reprimido com “açoitamento nas ruas, linchamentos e apedrejamentos praticados pela população branca” (NASCIMENTO, 1980, p. 52).

Não bastassem as pressões inglesas, até aqui, pelo volume de levantes, podemos considerar que as revoltas da população escrava influenciaram no primeiro passo para o fim do tráfico transatlântico de africanos escravizados para o Brasil. Mesmo a medida não encerrando de forma alguma o sistema escravista, esse foi ao menos um abalo significativo.

Em 1835 mais um levante da população negra. A mais importante insurreição dos cativos rebeldes foi coordenada por escravos de origem lorubá e africanos islamizados. De acordo com Nascimento (1980, p.56), o levante não contou apenas com escravos da capital, mas também das cidades vizinhas do Recôncavo, Santo Amaro, Itaparica e outras (NASCIMENTO, 1980).

Nesse levante em particular, a repressão foi utilizada com requintes de crueldade e praticamente banharam a capital de sangue negro. As tropas imperiais utilizaram, além da cavalaria e infantaria, a Fragata Bahiana, ancorada no porto de Salvador (NASCIMENTO, 1980, p.56).

Ainda para Nascimento (1980, p. 56), depois de ver algumas das principais lutas dos escravos pela liberdade, é difícil entender como não houve lugar para essas batalhas nos registros históricos oficiais. A conhecida *Revolta dos Alfaiates ou Revolta dos búzios* (1798), quase um século antes da abolição (1888), é exemplo claro disso.

Luiz Gonzaga das Virgens, 36 anos; Lucas Dantas, 24 anos; João de Deus Nascimento, 24 anos e Manoel Faustino dos Santos Lira, 23 anos. Quatro revolucionários da Revolta dos Alfaiates, executados na forca, esquartejados e seus restos mortais espalhados pela província como forma de advertências aos demais rebeldes. Heróis anônimos, sem lugar de destaque na história oficial (NASCIMENTO, 1980, p.56).

Diferente do que aconteceu com “o branco Tiradentes, enforcado por assumir análogas ideias libertárias; este entrou para a história com todas as glórias e louvores do Brasil independente, “apesar de ter sido ele mesmo proprietário de escravos”” (MOURA, 1972, p. 60 *apud* NASCIMENTO, 1980, p. 58).

Tal tem sido a norma e a regra, e os exemplos são inumeráveis: os mártires negros da nossa independência são sistematicamente esquecidos pela sociedade brasileira <oficial>, que considera mais correto e justo declamar o elogio e reconhecimento nacional de

preferência aos vultos brancos da nossa história (NASCIMENTO, 1980, p. 60).

O processo de esquecimento dos povos negros na luta pela liberdade não é constatado somente na Revolta dos Alfaiates, mas em todas as insurreições dos escravos, apagadas da história oficial lecionada para os estudantes, mas presente na história real que vai vagarosamente sendo absorvida e propagada entre os diversos espaços de ensino e aprendizagem.

Com a abolição da escravidão, em 1888, e a proclamação da República, em 1889, a elite brasileira continuou a implementar políticas públicas alicerçadas no racismo lançando o Brasil numa campanha nacional de substituição da população mestiça brasileira por uma população 'branqueada', os imigrantes europeus (DOMINGUES, 2006, p.81).

Segundo Nascimento (2016, p. 84), o processo de branqueamento da população teve como base o estupro de mulheres negras afim de dar início da miscigenação, aclamada como a solução mais viável a longo prazo para acabar com o "problema" da mancha negra no território brasileiro. A ideia era, como ressalta o escritor José Veríssimo, que com a mistura de raças o "elemento superior", prevaleceria a cor branca.

O "problema" seria resolvido com a eliminação do afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. Tal proposta foi recebida com elogios calorosos e grandes sinais de alívio otimista pela preocupada classe dominante. O escritor José Veríssimo, por exemplo, exultou: "Como nos assegura os etnógrafos, e como pode ser confirmado à primeira vista, a mistura de raças é facilitada pela prevalência do elemento superior. Por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, ela vai eliminar a raça negra daqui. É obvio que isso já começou a ocorrer" (NASCIMENTO, 2016, p. 84).

Nascimento (2016, p. 84), relata que o estupro de mulheres negras por homens brancos continua até os dias atuais. A condição de pobreza, ausência de status sociais e total desamparo contribuem para que as mulheres negras sejam as vítimas mais fáceis de violência sexual.

De acordo com Domingues (2006, p.120), junto com a República foram implantados mecanismos de exclusão do povo negro. “Os egressos do cativo e os afrodescendentes de um modo geral foram privados ou tiveram dificuldades de acesso ao emprego, à moradia, à educação, à saúde, à participação política, enfim, ao exercício pleno da cidadania” [...]. Essas manobras de discriminação e racismo contribuíam para a marginalização do povo negro recém liberto e aos seus descendentes, mesmo os que já desfrutavam da liberdade a mais tempo.

Foi dado ao negro com a abolição o status de liberto, que difere da condição de cidadão. A partir deste período, começa a luta negra pela condição de cidadão e contra o racismo, marginalização, acesso à saúde, emprego, educação, terra, etc. Em busca desses objetivos, em 1889, junto com a República, tem início as organizações e movimentos sociais do povo negro em busca de direitos.

Já na primeira fase do movimento negro na era republicana (1889-1937), emergiram organizações de perfis distintos: clubes, grêmios literários, centros cívicos, associações beneficentes, grupos “dramáticos”, jornais e entidades políticas, as quais desenvolviam atividades de caráter social, educacional, cultural e desportiva, por meio do jornalismo, teatro, música, dança e lazer ou mesmo empreendendo ações de assistência e beneficência. Em momento de maior maturidade, o movimento negro se transformou em movimento de massa, por meio da Frente Negra Brasileira. Na segunda fase (1945-1964), o Movimento Negro retomou a atuação no campo político, educacional e cultural. Com a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro, passou-se a enfatizar a luta pela conquista dos direitos civis. Na terceira fase (1978-2000) surgiram dezenas, centenas de entidades negras, sendo a maior delas o Movimento Negro Unificado (DOMINGUES, 2006, p.121).

Segundo Domingues (2006, p.102), de início dezenas de grêmios, associações e clubes foram montados em alguns estados com a finalidade de lutar pelos direitos negros no Brasil. Em igual período surgiu o que se denomina imprensa negra: jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões.

“Para um dos principais dirigentes negros da época, José Correia Leite, “a comunidade negra tinha necessidade de uma imprensa alternativa”, que transmitisse “informações que não se obtinha em outra parte”” (LEITE, 1992, p. 33 *apud* DOMINGUES, 2006, p. 103). É perceptível que as questões envolvendo a imprensa são essencialmente as mesmas independente da época.

Profissionais submissos às linhas editoriais impostas pelos veículos de comunicação seguiam e, ainda hoje seguem, deixando o posicionamento popular de lado em detrimento aos padrões editoriais. Assim, esses profissionais continuam vivendo acalmando seus corações angustiados agarrados à frágil ideia da imparcialidade e acreditando ilusoriamente que fazem jornalismo. A saída mais viável para contrapor esse oligopólio da comunicação no Brasil, seja no passado ou presente, continua sendo o investimento em uma imprensa alternativa.

Em São Paulo, o primeiro desses jornais foi A Pátria, de 1899, tendo como subtítulo Órgão dos Homens de Cor. Outros títulos também foram publicados nessa cidade: O Combate, em 1912; O Menelick, em 1915; O Bandeirante, em 1918; O Alfinete, em 1918; A Liberdade, em 1918; e A Sentinela, em 1920. No município de Campinas, O Baluarte, em 1903, e O Getulino, em 1923. Um dos principais jornais desse período foi o Clarim da Alvorada, lançado em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar. Até 1930, contabiliza-se a existência de, pelo menos, 31 desses jornais circulando em São Paulo. A imprensa negra conseguia reunir um grupo representativo de pessoas para empreender a batalha contra o “preconceito de cor”, como se dizia na época. Surgiram jornais dessa mesma natureza em outros estados, como a Raça (1935), em Uberlândia/MG, o União (1918), em Curitiba/PR, O Exemplo (1892), em Porto Alegre/RS, e o Alvorada, em Pelotas/RS. Este último – publicado com pequenas interrupções de 1907 a 1965 – foi o periódico da imprensa negra de maior longevidade no país (DOMINGUES, 2006, p. 103).

Essa imprensa negra pautava as mais variadas mazelas enfrentadas pela população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma bancada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade. As páginas desses jornais transformaram-se em veículos de denúncia do regime de “segregação racial”, na qual em várias cidades do país, os negros e negras eram impedidos de “ingressar ou frequentar alguns hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas” (DOMINGUES, 2006, p. 105).

De acordo com Domingues (2006, p.106), nesse momento da organização social do negro no Brasil, o movimento ganha contornos políticos com a formação de projetos ideológicos amplos e, na década de 1930, deu um importante salto com a fundação, em 1931, em São Paulo, da Frente Negra Brasileira – FNB.

A partir dos movimentos sociais negros e as diversas frentes construídas para barrar o racismo, a intolerância e garantir o acesso à cidadania de fato, o

povo negro tem, a duras penas, conquistado seus espaços. A conquista das cotas raciais em vagas nas universidades públicas e em concursos públicos são exemplos disso. No entanto, em vista dos 300 anos de escravidão somados aos 130 anos, a partir do fim do cativeiro, de discriminação, preconceito e racismo, isso ainda é muito pouco. E não deixaram de estar sob contínuo ataque das elites econômicas, políticas e ideológicas.

O povo negro ainda é massacrado, assassinado, encarcerado, violentado, executado, seguidos pelos seguranças dos shoppings, ignorados, esquecidos. O que significa dizer que a luta por cidadania ainda é longa e continua.

#### 1.4 Da liberdade à marginalização

Após as políticas abolicionistas, os negros foram sendo incorporados gradativamente ao precário mercado de trabalho de forma informal e esquecidos juridicamente. As principais funções assumidas pelos ex-escravos eram tarefeiros, parceiros e pequenos produtores de ganho e artesãos da zona urbana. Outros trabalhavam como “camaradas” em sítios e fazendas, vivendo de vender a sua força de trabalho e da sua família para o dono da terra. Alguns negros conseguiram viver morando e plantando em pequenas propriedades devolutas e trabalhando em sítios vizinhos em forma de parceria, tarefas e empreitas (BANDEIRA, 1991).

Ainda para Bandeira (1991, p.17), outro grupo de negros passou a viver a partir da associação afiliativa, racial e consanguínea. Com isso, se instalaram em áreas rurais, preservando sua história, cultura, religião e outras.

A formação dessas comunidades negras rurais, mostram, de maneira singular, sua negativa quanto aos meios de integração apresentados pelo sistema classista e, ao mesmo tempo, a não aceitação das opções apresentadas de integração.

Nessas comunidades negras e rurais o controle sobre a terra se faz coletivamente, sendo exercido pelo grupo que define sua territorialidade com base em limites étnicos fundados na afiliação por parentesco, coparticipação de valores, de práticas culturais e, principalmente, por circunstâncias específicas de solidariedade e reciprocidade desenvolvidas no enfrentamento da situação de alteridade proposta pelos brancos (BANDEIRA, 1991, p.17).

Conforme Bandeira (1991, p.17), com a Lei de Terras, em 1850, as propriedades se transformaram em mercadoria, no qual a obtenção se daria por meio da compra e venda. As terras que ainda não tinham dono passariam a pertencer a união, estados e municípios como terras devolutas.

Com a mercantilização da terra e a configuração do negro no pós-abolição, de acordo com a constituição vigente na época, em uma interpretação falaciosa, em padrão de igualdade com o branco, tinham as mesmas possibilidades de comprar terras para fins de moradia, agricultura e etc. (BANDEIRA, 1991, p. 17). “Embora alguns ex-escravos tivessem conseguido comprar algumas propriedades de terra, isso não era comum à maioria dos negros” (NASCIMENTO, 1980).

A criação da Lei de Terra foi a principal responsável, através da Comissão de Demarcação das Terras Públicas, pela desapropriação e extinção de aldeias indígenas em todo território nacional (ARRUTI, 1997). Segundo Reis (1996), “os verbos extinguir e destruir foram os mais usados pelos poderes coloniais para se relacionarem com os índios e negros [...]”. (REIS, 1996 *apud* ARRUTI, 1996, p.16)

Segundo Arruti (1997, p.16), a Comissão de Demarcação das Terras Públicas, representada por um engenheiro, visitava as aldeias e, através de um relatório, descrevia a situação dos aldeados, relacionado aos problemas sociais e grau de mistura.

[...] isto é, quando aquela população já teria sido absorvida pelo mercado de mão-de-obra local e quando elas mesmas já teriam absorvido, através de casamento e laços de compadrio, a população regional não-indígena, enfim, seu grau de “mestiçagem”. Como o diagnóstico era invariavelmente de total “mistura” da população aldeada com os “nacionais”, os aldeamentos eram considerados extintos e aquelas comissões (ou uma equipe formada após o fim dos seus trabalhos) voltavam para proceder à sua repartição em lotes que deveriam, segundo a letra da lei, ser distribuídos entre os antigos aldeados e entre os nacionais. (ARRUTI, 1997, p. 16)

De acordo com Arruti (1997, p.16), com a extinção dos aldeamentos indígenas e a libertação dos escravos que ainda viviam em cativeiro em 1888, com a lei Áurea, os negros e índios expropriados de suas terras, passaram a ser considerados nos documentos oficiais do governo colonial como indigentes, órfãos, marginais, pobres e trabalhadores nacionais. Essas populações passam, nesse momento histórico, por um processo de marginalização.

Conforme Bandeira (1991), mesmo com a garantia da propriedade de terras devolutas, os negros esbarravam no legado da escravidão que os impediam de avançar nessa perspectiva.

A constituição de 1891 não preceituou os direitos dos ex-escravos, não lhes reservou qualquer proteção jurídica especial que resguardasse condições objetivas de desfrute pleno da cidadania (BANDEIRA, 1991).

Para Corrêa (2018) a descoberta de novos achados sobre a história da escravidão no Brasil, aponta para o afastamento de imagens polarizadas, nas quais ou o escravo é totalmente submisso, ou é rebelde, algo, segundo a pesquisadora, cristalizado na máxima: “ou Zumbi, ou Pai João” (CORRÊA, 2018).

Ainda segundo a pesquisadora, as descobertas atuais mostram que os sujeitos escravizados interagiam no processo histórico de várias maneiras e podiam, com muitas ressalvas, ter uma certa autonomia o que dependeria das relações de violência ou oportunidades cotidianas (CORRÊA, 2018).

Mas é preciso cautela nessa abordagem, para não incorrer no mito do senhor benevolente no qual era destacado o alto grau de “bondade” e “humanidade” que eram praticados falaciosamente na católica e bem-aventurada América Latina. (NASCIMENTO, 2016)

Esse mito, tão pregado nos séculos passados, ainda hoje tem seus adeptos. Entre os seus vários propagadores atuais, consta o nome de Hortênsia Ruiz del Vizo, que na introdução à sua antologia *Black Poetry of the Americas* (Poesias negras das américas), que inclui obras poéticas de autores brasileiros, afirma que “A escravidão na América Espanhola colonial não foi tão dura como a mesma instituição na América Inglesa. [...] várias influências [...] mitigaram a dureza da instituição (NASCIMENTO, 2016, p. 62)

A Igreja Católica, em especial, tem relevante participação nesse e em outros mitos pois contribuiu para a propagação desta e outras falácias, como a de que as violências, materiais e simbólicas, praticadas contra escravos nada mais eram do que a vontade de Deus, em que eles deveriam desempenhar papel semelhante ao do Cristo, que veio a terra para sofrer e que a sonhada liberdade viria numa vida celestial. (NASCIMENTO, 2016, p. 63).

Os pastores evangélicos não tiveram divergência quanto ao pensamento dos seus irmãos padres. O movimento protestante reproduziu as ideias católicas sobre a escravidão em mesmo nível, de forma até mais enfática nos argumentos.

O Pastor Morgan Goldwin em pregações destacava que os escravos deveriam servir aos seus senhores “com o coração puro como se servissem a Deus e não a homens” (BRION, 1967, p. 162 *apud* NASCIMENTO, 2016, p. 63).

Para o autor o Cristianismo, em qualquer de suas formas e dogmas, contribuiu unicamente para a aceitação, justificação e elogios aos escravocratas. Inertes, cúpulas e missionários foram partícipes da brutalidade e da desumanização dos africanos. É importante destacar que as posições contrárias à escravidão, presentes no interior das Igrejas, foram sufocadas.

A “democracia racial” também se constituiu em outro mito reforçado pelos defensores da “escravidão mansa” no Brasil. Esse argumento era reforçado, ainda no contexto das instituições religiosas, para atestar a “escravidão não racista”, por mais estapafúrdia que isso possa soar, com a criação das fraternidades religiosas.

Essas instituições sempre eram moldadas da seguinte forma: para os brancos a irmandade do Santíssimo Sacramento e aos negros a de Nossa Senhora do Rosário. A igreja, na tentativa de provar sua tese de “escravidão não racista”, afirmava que essa separação se dava não por discriminação, mas por uma ideologia de classes dominantes (NASCIMENTO, 2016).

Outra estratégia, ainda segundo Nascimento (2016), que se somaria a essa afirmação de “escravidão não racista”, seria a concentração de poucas “peças” (escravos) numa extensa área geográfica, o que, de acordo com o pensamento da época, tornariam os senhores e escravos mais próximos e com isso a relação entre eles seriam mais afetuosas e humanizadas.

Acreditar na existência de uma “escravidão não racista” ou numa relação amigável entre escravos e senhores, contribuiria apenas para a geração de mais preconceito e discriminação. Não há como pensar em uma relação pacífica quando uma das partes é escrava. A escravidão em si mesma se constitui em um dos mais terríveis sistemas econômicos de dominação social, violências e não pode ser amenizada por supostas relações de fraternidade.

## CAPÍTULO II

### 2. A HISTÓRIA ESCRAVOCRATA NÃO CONTADA DE JUAZEIRO – BA

#### 2.1 A presença escrava em Juazeiro – BA

Embora retratada, a presença de africanos escravos em Juazeiro é descrita de maneira superficial, com sutileza e poucos detalhes nos anais históricos da cidade. Artigos, fotos, exposições e documentos das bibliotecas e museu municipal referenciam a habitação do município apenas à disputa entre europeus e indígenas.

A primeira evidência da presença de escravos em Juazeiro – BA é advinda das expedições dos bandeirantes. Em 1593, enquanto procurava minas de prata, Belchior Dias foi o primeiro bandeirante a percorrer a região de Juazeiro, encontrando os índios Cariris, que habitavam às margens do rio São Francisco, em companhia dos Galaches e Tamoquins. Ao retornar à Casa da Torre, Belchior Dias descreveu o Vale do São Francisco à Garcia D'Ávila que decidiu explorar a região (REVISTA FATOS DO VALE, 1989).

Com isso, no início do século XVII, eram introduzidos às margens do São Francisco os primeiros currais, onde Garcia D'Ávila deixava em cada um deles um casal de escravos, dez novilhas, um touro e um casal de equinos, além de cães, galinhas, porcos e sementes para a lavoura, surgindo, assim, o Vale do São Francisco (REVISTA FATOS DO VALE, 1989, p. 13).

Garcia D'Ávila começou a implantar esses currais em 1651 e ocupou as primeiras áreas no Vale do São Francisco com ajuda do padre Antônio Pereira. Foi a partir da instalação desses currais que o Rio São Francisco também ficou sendo conhecido como o Rio dos Currais (SILVA, S/A).

Segundo Corrêa (2018) um conjunto de documentos localizados na igreja Matriz Nossa Senhora das Grotas, em Juazeiro, mostram os dados de batismos de crianças

filhas de negras escravizadas durante o período de 1871-1877. Segundo a pesquisadora, os documentos apontam para a aplicação da Lei 2.040-1871, Lei do Ventre Livre, que concedeu uma ilusória liberdade aos filhos de escravos nascidos depois da publicação dessa lei, mas que deixou lacunas imensas para a continuidade da escravidão das crianças no Brasil, visto que não havia como libertar as crianças sendo que as mães continuariam cativas.

Ainda de acordo com a autora, os escravos dessa região buscaram criar vínculos com os indivíduos livres, ora adquirindo matrimônio, ora criando laços de compadrio (CORREA, 2018).

Corrêa (2018) destaca ainda que em documentos do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), foram localizadas ações de arbitramentos, processos-crime e um testamento de um escravo liberto, todos datados da década de 1880, últimos anos da escravidão. Nesses documentos eram possíveis evidenciar que os escravos recorreram à Justiça para reivindicar o fim do cativeiro, mostrando que o decreto da princesa não se tratou de um presente, mas sim de uma conquista dos negros e negras.

A presença escrava no Vale do São Francisco é marcada como plano de fundo de disputas políticas e foi destaque na imprensa baiana. As páginas do periódico Gazeta da Bahia, na edição do dia 11 de novembro de 1881, levaram a todo o estado a denúncia de maus tratos sofridas por Laurinda uma escrava de Juazeiro.

A escrava pertencia ao capitão Melquíades Inácio da Silva, que na tentativa de justificar as acusações de abusos feitas contra ele pelo deputado provincial juazeirense Dr. Juvêncio Alves de Souza, publicou um artigo no referido jornal tentando se defender. A denúncia foi levada a público durante uma plenária na Assembleia Legislativa da Bahia (CRUZ, 2015).

Na missiva, o capitão buscava esclarecer uma acusação levada ao público no plenário da Assembleia Legislativa da Bahia pelo deputado, de que o capitão teria espancado a sua escrava Laurinda, e que a mesma depois de tanto ter apanhado, teria sido levada para morrer em um terreno distante de Petrolina para “que ali pudesse morrer e ser esquecida” (CRUZ, 2015, s/p).

De acordo com Cruz (2015, s/p), Laurinda teria sido encontrada quase morta por parentes do próprio capitão que moravam em Petrolina. Com isso, o suplente do juiz municipal de Juazeiro, o tenente coronel José Tibúrcio Pereira de Mello que, ainda segundo Cruz, era amigo e parente do deputado juazeirense que fez a denúncia, deu segmento ao processo de acusação sobre os limites dos castigos impostos aos escravos nessa região.

Em sua defesa o capitão alegou que a escrava estava empregada na lavoura na cidade vizinha (Petrolina- PE) e não teria retornado para a casa do seu proprietário em Juazeiro - BA. Ainda de acordo com a defesa do capitão, Laurinda teria levado “apenas alguns bolos” e que as acusações serviam apenas para difamar a imagem do capitão, uma vez que ele e Juvêncio eram de partidos opostos (CRUZ, 2015, s/p).

Laurinda, escrava empregada na lavoura, tornou-se uma personagem que em torno dela circulavam os embates em torno da liderança política e dos espaços de controle dos cativos no vale do São Francisco oitocentista. Em 1881, mesmo após a assinatura de inúmeras leis e o crescente debate sobre a extinção da escravidão no Brasil, o debate não estava centrado sobre a possível liberdade de Laurinda, mas sobre os limites da disciplina direcionada aos cativos (CRUZ, 2015, s/p).

A história hegemônica da cidade baiana reservou ao deputado Juvêncio Alves de Souza, autor das denúncias contra o capitão Melquíades, um lugar de destaque na história juazeirense. Ele foi homenageado dando o seu nome à rua da Igreja Catedral da cidade, uma das principais ruas no centro de Juazeiro.

Laurinda, assim como tantos outros negros escravizados do Vale do São Francisco e vários outros negros revolucionários da história brasileira, permanece esquecida e, no caso juazeirense, tendo até mesmo a sua existência questionada. Por isso é preciso afirmar incansavelmente: Laurinda, presente!

## 2.2 Dom Pedro II e os 400 escravos de Juazeiro – BA em 1852

De acordo com o Atlas e Relatório Concernente à Exploração do Rio São Francisco (1860) encomendado pelo Imperador do Brasil Dom Pedro II, entre os anos de 1852 a 1854, há um registro da existência de 732 escravos na Vila de *Joazeiro*, à época escrita com a letra “o”, na província da Bahia.

A execução desse relatório foi confiada ao Engenheiro Civil Henrique Guilherme Fernando Halfeld com o objetivo de trazer ao Imperador o conhecimento sobre a navegabilidade do Rio São Francisco e seus afluentes. O Atlas e Relatório Concernente à Exploração do Rio São Francisco, pode se tratar até mesmo do ensaio do projeto de transposição do Velho Chico, visto que fazem parte do mesmo período histórico.

A expedição comandada pelo Engenheiro Halfeld foi iniciada em 1852, percorrendo desde a cachoeira de Pirapora até o oceano Atlântico. O relatório é dividido por léguas, a cada marco, o Engenheiro fazia uma descrição tanto dos fatores relacionados a navegabilidade quanto aos fatores sociais, econômicos e territoriais em cada parada. Foi a partir destas descrições que chegamos ao apontamento da existência de escravos em Juazeiro, na década de 1852.

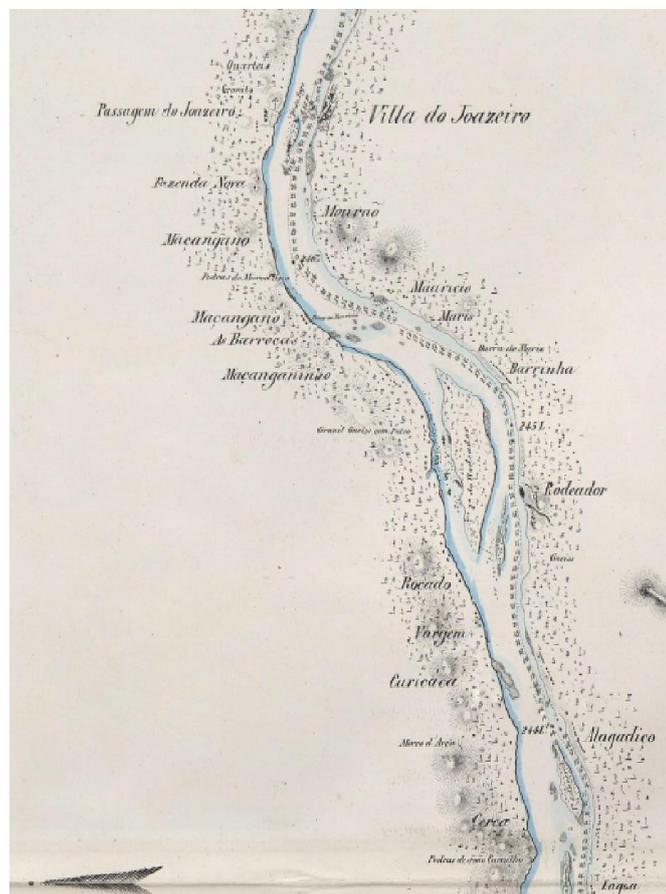
Sobre a margem direita está o povoado do Mourão e a importante Villa do Joazeiro, atualmente a cabeça e residência do Juiz de Direito da Comarca de Santo Sé, 30 a 35 palmos elevada sobre o nível das águas do Rio, e estas 1.383 palmos do mar. A Villa de Joazeiro tem uma igreja de invocação a Nossa Senhora das Grotas, uma casa de câmara e cadêa anexa, e 334 casas, sendo destas 287 cobertas de telha, e sujeitas aos pagamento de décima urbana, com 1.328 habitantes, sendo destes 1.052 livres, e 276 escravos; porém todo o município, cujo limites são os mesmos da freguezia da villa, tem 6.000 almas pelos assentos da igreja; porém pelos mapas dos subdelegados somente 4.938, sendo destas 4.203 pessoas livres e 732 escravos (HALFELD, 1860, p. 34).

Esse fato chama atenção por ser, talvez, um dos poucos apontamentos em um documento oficial que faça referência a presença de escravos no município de Juazeiro - BA. Além desse apontamento claro da presença de escravos, o documento traz mapas onde são identificadas, o que são hoje algumas comunidades remanescentes de quilombo. No mapa, pode ser destacado: a comunidade de Alagadiço, a comunidade do rodeador (Rodeadouro) e a comunidade de barrinha (Barrinha da Conceição), além da ilha do rodeador (ilha do Rodeadouro) principal

ponto turístico das cidades de Juazeiro – BA e Petrolina - PE. As localizações conferem com as localizações atuais.

No mapa abaixo é possível perceber em destaque a Villa de *Joazeiro*, na província da Bahia. De acordo com o Atlas, a vila tinha 334 casas e uma igreja, e logo em frente o povoado de Passagem do *Joazeiro*, na província de Pernambuco, atualmente o município de Petrolina – PE, que na época tinha 48 casas edificadas e uma capela (HALFELD, 1860).

Figura 1- Mapa construído pelo Engenheiro Halfeld – 1852 a 1854.



Fonte: Mapa: Eng. Halfeld

Acompanhando o fluxo do rio no mapa ao lado baiano, observa-se os povoados de Rodeador, Barrinha e finalmente, a comunidade de Alagadiço. Todas essas localidades, são reconhecidas atualmente como remanescentes de quilombo. Ainda é possível observar no mapa a ilha do Rodeador, conhecida atualmente como principal ponto turístico das cidades de Juazeiro – BA e Petrolina – PE.

Anos mais tarde, no primeiro recenseamento feito pelo Império do Brasil, temos um panorama geral da sociedade brasileira no século XIX, aproximadamente uma década e meia antes da abolição. Nessa época o Brasil se apresenta como uma população majoritariamente negra, entre pretos, pardos e caboclos. Na tabela abaixo é possível perceber que no Brasil em 1872, mais de 1,5 milhão de negros ainda eram escravos.

**Tabela 2: População brasileira da década de 1872 dividida por sexo e situação de liberdade segundo primeiro recenseamento Geral do Império do Brasil.**

<b>Categoria</b>	<b>Homem livre</b>	<b>Mulher livre</b>	<b>Escravo</b>	<b>Escrava</b>	<b>Total</b>
Branco	1.967.118	1.813.992	0	0	3.781.110
Pardo	1.680.046	1.651.608	246.641	223.397	3.801.692
Preto	470.552	449.122	558.529	482.239	1.960.442
Caboclo	200.983	186.251	0	0	387.234
<b>Total</b>	<b>4.318.699</b>	<b>4.100.973</b>	<b>805.170</b>	<b>705.636</b>	<b>9.930.478</b>

Fonte: Recenseamento Geral do Império do Brasil – 1872

O recenseamento contemplou a população de Juazeiro, tida na época como uma das principais cidades da província. E, com mais esse dado, há mais uma prova da existência escrava em território juazeirense ou, como se costumava dizer na época, joazeirense. O censo, além de trazer dados numéricos sobre a população de Juazeiro – BA divide os dados por sexo e situação de liberdade.

**Tabela 3: População de Juazeiro –BA da década de 1872 dividida por sexo, cor e situação de liberdade segundo primeiro recenseamento Geral do Império do Brasil**

<b>Município</b>	<b>cor</b>	<b>Homem livre</b>	<b>Mulher livre</b>	<b>Escravo</b>	<b>Escrava</b>	<b>Total</b>
Joazeiro	Branco	328	267	0	0	595
Joazeiro	Pardo	1.467	885	300	225	2.877
Joazeiro	Preto	825	1.645	474	410	3.354
Joazeiro	Caboclo	947	90	0	0	1037
Joazeiro	Almas	3.239	2.887	774	635	7.863

Fonte: Recenseamento Geral do Império do Brasil – 1872

O censo traz ainda a divisão das pessoas por sexo e profissão. Segundo os dados, a maioria dos escravos eram empregados na agricultura e nos serviços domésticos. Vale ressaltar a presença de 2 escravos empregados como artistas. A

tabela não traz a variável raça/cor, o que permitiria identificar a empregabilidade dos ex-escravos presentes entre os negros, pardos e caboclos distribuídos na coluna de homens e mulheres livres.

**Tabela 4: População de Juazeiro –BA da década de 1872 dividida por sexo, situação de liberdade e profissão segundo primeiro recenseamento Geral do Império do Brasil**

Município	Variável	Homem livre	Mulher livre	Escravo	Escrava	Total
Joazeiro	Manufatureiros e fabricantes	7	2	0	0	9
Joazeiro	Comerciantes, guarda-livros e caixeiros	81	4	0	0	85
Joazeiro	Costureiras	0	180	0	19	199
Joazeiro	canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros	1	0	0	0	1
Joazeiro	em metais	30	0	1	0	31
Joazeiro	em madeiras	53	0	3	0	56
Joazeiro	em tecidos	0	146	0	11	157
Joazeiro	de edificações	8	0	3	0	11
Joazeiro	em couros e peles	1	0	0	0	1
Joazeiro	em tinturaria	0	0	0	0	0
Joazeiro	de vestuários	28	0	0	0	28
Joazeiro	de chapéus	0	0	0	0	0
Joazeiro	de calçado	49	0	4	0	53
Joazeiro	Lavradores	1330	482	571	304	2687
Joazeiro	Criadores	415	6	0	0	421
Joazeiro	Criados e jornaleiros	145	24	12	22	203
Joazeiro	Serviço doméstico	487	853	124	207	1671
Joazeiro	Sem profissão	867	1165	52	72	2156
Joazeiro	S./ Inf.	0	19	0	0	19
Joazeiro	Seculares (religiosos)	1	0	0	0	1
Joazeiro	Homens (relig. Regular)	0	0	0	0	0
Joazeiro	Mulheres (relig. Regular)	0	0	0	0	0
Joazeiro	Juizes	2	0	0	0	2
Joazeiro	Advogados	1	0	0	0	1
Joazeiro	Notários e escrivães	2	0	0	0	2
Joazeiro	Procuradores	0	0	0	0	0
Joazeiro	Oficiais de justiça	0	0	0	0	0
Joazeiro	Médicos	1	0	0	0	1
Joazeiro	Cirurgiões	0	0	0	0	0
Joazeiro	Farmacêuticos	0	0	0	0	0
Joazeiro	Parteiros	0	1	0	0	1
Joazeiro	Professores e homens de letras	6	0	0	0	6
Joazeiro	Empregados públicos	2	0	0	0	2
Joazeiro	Artistas	5	0	2	0	7
Joazeiro	Militares	16	0	0	0	16
Joazeiro	Marítimos	0	0	0	0	0
Joazeiro	Pescadores	2	0	2	0	4
Joazeiro	Capitalistas e proprietários	27	5	0	0	32

Fonte: Recenseamento Geral do Império do Brasil – 1872

Com os sutis relatos históricos encontrados nos acervos de Juazeiro - BA, sobre a introdução de casais de negros e negras escravizados nas margens do rio São Francisco para demarcação das propriedades de Garcia D'Ávila, somados aos documentos oficiais: o censo de 1872 que cadastrou a população livre e cativa em Juazeiro e os relatos na imprensa baiana sobre a tentativa de assassinato de Laurinha, mulher negra escravizada, fica, categoricamente comprovada a presença negra escravizada em Juazeiro – BA.

Com isso, vislumbra-se no horizonte novos desafios de fazer chegar essas histórias às escolas, universidades, museus e às próprias comunidades quilombolas, afim de incentivar a valorização da história negra e, em futuras pesquisas, desvendar o importante papel que o negro escravizado, livre, liberto e quilombola desempenhou na construção do município de Juazeiro – BA, uma das cidades baianas mais influentes no século XIX.

## CAPÍTULO III

### 3. MARCOS CONCEITUAIS DA HISTÓRIA NEGRA

#### 3.1 Quilombo, liberdade e fraternidade: a convivência negra no Brasil

Os quilombos surgiram como abrigo para os negros que conseguiam fugir da escravidão e reconstruir um espaço de liberdade. A partir de então, esses espaços seguiram como forma de resistência, tanto no regime escravocrata, quanto no período após a escravidão, com as arbitrariedades jurídicas impostas pelo Império e pelo Estado Republicano.

De acordo com Silva (2010), na contemporaneidade, os quilombos podem ser caracterizados por grupos de maioria negra e rural, esquecidos socialmente, mas que ainda ocupam seus territórios e mantem suas raízes.

Em algumas traduções os quilombos também podem significar reunião de acampamentos, também podem ser conhecidos como “terra de preto” e estão presentes em praticamente todos os estados brasileiros. (BIANCO, MULLER E OLIVEIRA, 2012)

Terra comprada, herdada, doada por ex senhores ou pelo Estado são alguns exemplos da origem da apropriação dos territórios quilombolas. A manutenção deste espaço passou a ser uma espécie de resistência que se prolonga ao longo de gerações, neste cenário surge a expressão “quilombo [...]”. (BIANCO, MULLER E OLIVEIRA, 2012)

Abrigos para a proteção contra os fazendeiros e capatazes não foram as únicas formas de surgimento de quilombos. Alguns deles surgiram a partir de doações de terras ou até mesmo da compra de lotes pelos próprios negros e, ainda, terras conquistadas pelos negros como pagamento por serviços de guerra (MALCHER, 2009).

Para Bandeira (1991, p.8), as terras em que estão assentadas as comunidades negras rurais podem ser identificadas como “doações de antigos senhores e seus escravos, doações a santos e terras devolutas”. Ainda segundo a autora, essas terras não possuem valor negociáveis.

O controle sobre a terra se faz grupalmente sendo exercido pela coletividade que define sua territorialidade com base em limites étnicos fundados na afiliação por parentesco, coparticipação de valores, de práticas culturais e principalmente por circunstâncias específicas de solidariedade e reciprocidade desenvolvidas no enfrentamento da situação de alteridade proposta pelos brancos. (BANDEIRA, 1991, p. 8)

De acordo com Bandeira (1991), os territórios comuns às comunidades negras eram estabelecidos pela identidade étnica dos grupos que faziam a ocupação daquelas terras. Portanto, pelos efetivos laços comunitários que os constituíam e definiam enquanto sujeito coletivo.

A autora deixa claro que não há posse de terra individual aos negros, enquanto pessoa física, mas ao coletivo. “A terra coletivamente apropriada configura um bem público das comunidades negras, não sendo por oposição bem ou propriedade privada dos seus membros” (BANDEIRA, 1991, p. 9).

Mais do que um lugar de abrigo para os escravos que abandonavam as lavouras, os quilombos representavam a união, um novo estilo de vida e sociedade baseada na ajuda comunitária e em laços consanguíneos ou de compadrio.

Com uma organização social diferenciada, a República de Palmares, localizada entre os estados de Alagoas e Pernambuco, conseguiu se estabelecer “em um território equivalente ao de Portugal” (NASCIMENTO, 1890, p. 47).

A terra pertencia a todos os palmarinos e o resultado do trabalho coletivo era propriedade comum. Os auto libertos africanos plantavam e colhiam uma produção agrícola diversificada, diferente da monocultura da colônia, permutavam seus frutos agrícolas com seus vizinhos brancos e indígenas. Eficientemente organizados tanto social quanto politicamente, em sua maneira africana tradicional, foram também qualificados na arte da guerra (NASCIMENTO, 1890, p. 47).

Palmares foi classificado por Fernandes (2001), como “[...] Terra de negro, onde reinava a liberdade”. Nesse espaço também eram aceitos índios que foram expulsos

de suas aldeias e trabalhadores livres marginalizados. “Palmares foi o mais duradouro, extenso e numeroso quilombo da história do Brasil” (REIS E GOMES, 1996, p. 98). Com uma população de aproximadamente 20 mil pessoas, Palmares ficava na Serra da Barriga, Alagoas, e teve como último líder Zumbi dos Palmares.

Ainda segundo Reis e Gomes (1996, p.98), a história de Palmares é marcada por várias nuances. O quilombo é considerado, até nos dias atuais, a maior rebelião de negros escravizados e o mais emblemático símbolo da resistência negra no período colonial, resistindo a aproximadamente 100 anos de repressão.

Mas havia em Palmares algo ainda maior: a sua representação simbólica, que inspirava outras revoltas e fugas, assim como amedrontava os senhores de escravos e até mesmo o governo Geral do Brasil. Por esse motivo, Palmares foi exaustivamente atacado até, depois de várias tentativas, conseguirem destruir o quilombo localizado na Serra da Barriga (REIS E GOMES, 1996).

Nas muitas vertentes, Palmares constituiu-se como objeto de um intenso investimento simbólico. Desde a década de 1670 a destruição dos mocambos da Serra da Barriga tornou-se tema cada vez mais constante na correspondência das câmaras, do governo da capitania de Pernambuco, do governo geral do Brasil e das instâncias metropolitanas (REIS E GOMES, 1996, p. 98).

A extinção de Palmares tornou-se assunto vital e uma questão de honra para o governo de Pernambuco. O empenho em dar provas da eficiência das ações governistas na aniquilação dos mocambos era tamanha que missas e procissões solenes eram realizadas em favor da derrubada dos negros (REIS E GOMES, 1996).

A qualificação na guerra, fez com que o quilombo resistisse, durante um século (1595 a 1695), a 27 ataques, portugueses e holandeses. No entanto, Palmares representava mais do que um lugar de abrigo de escravos fugidos. A República dos palmarinos era um modelo de sociedade que colocava em risco o sistema de distribuição de terras, o latifúndio, o poder da igreja católica e até pôs em dúvida a eficácia do exército, abalando o tripé de sustentação da sociedade da época, por isso foi tão violentamente atacada e destruída (NASCIMENTO, 1980, p.47).

O empenho era tanto que em 1694, quando enfim conseguiram invadir Palmares, as comemorações do feito duraram dias. Na capitania de Pernambuco a vitória foi comemorada com “seis dias de luminárias e outras demonstrações de alegria” (REIS E GOMES, 1996, p. 98).

Conforme Reis e Gomes (1996), embora tanta euforia, havia ainda o medo de novas revoltas e a formação de novos Palmares. E mesmo antes da extinção do quilombo da Serra da Barriga a estratégia utilizada para conter novas revoltas foi pela via religiosa, através dos jesuítas, entre os anos de 1679 e 1689 [...] um exemplo da intervenção jesuíta foram os Sermões de Vieira, que pregavam aos escravos o conformismo quanto a situação do cativo e a esperança de uma vida livre após a morte.

Recomendação de paciência com a promessa da salvação gloriosa devida por Deus aos mártires, eis o que pregava Vieira aos negros. Recomendava-lhes que aceitassem o cativo, os castigos, as afrontas, pregando numa irmandade negra para escravos católicos, ao menos em princípio. A catequese negra, na medida em que era possível fazê-la, reforçava a escravidão e procurava inibir pulsões de rebeldia (REIS E GOMES, 1996, p. 71).

Ao longo da história, os quilombos foram atacados e os quilombolas perseguidos, mas eles resistiram aos cativos, levantaram outros quilombos e venceram o sistema escravocrata. No entanto, os quilombos ainda resistem e o Estado e a sociedade civil ainda resistem aos quilombos.

Não há mais luta contra o sistema escravagista, mas há luta pela manutenção da sua cultura, identidade, território, representação política, direitos sociais, acesso à terra, moradia, saúde, acesso à educação pública e de qualidade, assistência social, ou seja, acesso à cidadania. A luta pela liberdade, ainda continua.

### 3.2 Território e identidade negra

Os conceitos de território e identidade quilombola estão totalmente ligados, eles coexistem, pois produzem uma relação de pertencimento que é fruto da ligação ente território e identidade.

Para Silva (2012, p.7), o território é considerado mais que apenas um espaço propício para a construção da identidade quilombola. O território ocupado pelas comunidades negras representa muito mais do que apenas algo físico-material, ele é também político, econômico e, principalmente, simbólico.

No caso das comunidades quilombolas, a terra. Terra aqui entendida num sentido amplo, englobando a terra necessária para a reprodução

material da vida, mas também a terra na qual o simbólico paira, na qual a memória encontra lugar privilegiado, morada de mitos e lendas, fonte de beleza, inspiração e do sentido sagrado da coletividade, tão essencial à vida quanto a terra de trabalho (SILVA, 2012, p.7).

De acordo com Malcher (2009, p. 4), é a identidade que produz o território que, por sua vez, é fruto da ação coletiva, recíproca dos sujeitos sociais envolvidos. A territorialização é caracterizada pelo “movimento, no tempo e no espaço”, entre os sujeitos e a relação com a natureza. Relação que pode ser evidenciada pela memória, individual ou coletiva, das populações negras.

A construção da identidade quilombola está envolvida intimamente com o estudo do território. Uma vez que a identidade possibilita a compreensão da etnicidade e da luta pelo direito à terra, contrapondo o modelo capitalista do latifúndio (MALCHER, 2009, p.8).

O Território é o elemento de construção da identidade étnica, que é o ponto mais importante da estrutura social. A permanência na terra não se faz regulado por categorias formais de propriedade e sim, pelo próprio grupo que determina, através do “direito costumeiro”, as regras que orientam todos os planos da vida social. As formas de acesso à terra, incluem as dimensões simbólicas e as relações sociais. A estreita relação do grupo com a terra representa uma relação social bastante complexa e aponta para a existência da terra como território (MALCHER, 2009, p.8).

Neste contexto, estabeleceremos a noção de território a partir da troca homem-comunidade-natureza, considerando as relações de identidade presentes na comunidade a partir da memória, individual ou coletiva, dos integrantes da comunidade quilombola.

De acordo com Silva (2012, p.7), além das discussões sobre território, essencial na construção da identidade quilombola diante da luta pela posse ou reconquista da terra de onde foram historicamente expulsos, também é cabível abordar o conceito de territorialidade.

A territorialização dessas comunidades adquire um valor singular, pois, nesse contexto, à terra além do valor material adquire importância de caráter simbólico, já que para Silva (2012, p.7) elas refletem a multidimensionalidade do vivido no campo territorial pelos membros daquela coletividade.

Os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações produtivistas e simbólicas. Há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. O homem transforma a natureza e a natureza transforma o homem (SILVA, 2012, p. 7 – 8).

Com as organizações sociais negras se estabeleceram também as constantes lutas pela posse da terra quilombola e as conseqüentes tensões. Silva (2012, p.8) destaca que essas tensões são provocadas pela negativa dada pela população negra sobre o lugar social destinado a eles pelos grupos sociais melhor situados nesse processo, os detentores do capital.

Ou seja, quando uma comunidade quilombola se organiza e reivindica seus direitos sobre um território ancestral, quando ela luta para se territorializar, ela está negando o lugar marginal que lhe havia sido designado pela sociedade abrangente, seja por grandes empresas privadas que plantam eucalipto ou cana em seus territórios, seja pelo próprio poder público que lhes impõe unidades de conservação ambientais estabelecendo uma nova territorialidade, estas de cima para baixo (SILVA, 2012, p. 8).

É a partir da territorialização que as comunidades negras adquirem poder e autonomia para o seu modo de vida em um espaço material e simbólico historicamente ocupado. E, com isso, ao se organizarem para reclamar o direito à terra estão apenas fazendo jus aos seus direitos.

## CAPÍTULO IV

### 4. A PESQUISA EM ALAGADIÇO: A CONSTRUÇÃO DOS DOCUMENTÁRIOS

#### 4.1 Documentário e a representação da história negra brasileira

O filme documentário está classificado por Leroi-Gourhn (1948) como uma obra etnográfica, porque consegue perenizar os sons e imagens de uma sociedade e preservar por anos o traço da realidade vivenciada por essas pessoas, possibilitando assim, em outro tempo e espaço, o estudo sobre as características dessa sociedade.

Esse estudo, baseado na observação e análise meticulosa de filmes e documentários, foi classificado por Claudine de France como “antropologia fílmica”. O que, de acordo com Freire (2011, p. 106), seriam produções “cujas temáticas sejam suscetíveis de fornecer subsídio para o estudo de um grupo humano qualquer ou de aspectos específicos da vida de um determinado grupo”.

Nos documentários, encontramos histórias ou argumentos, evocações ou descrições, que nos permitem ver o mundo de uma nova maneira (NICHOLS, 2005). Estudiosos cujas preocupações eram investigar o homem, seu ambiente, seus costumes e suas crenças sentiram no cinema um utensílio insubstituível na consecução de suas pesquisas (FREIRE, 2011).

Como destaca Nichols (2005), a produção fílmica tem a capacidade de abordar o mundo em que vivemos e não um mundo imaginado. O documentário dá a impressão de que algo é verdadeiro, que aquilo que está sendo representado através das imagens pode contribuir para a formação de um pensamento crítico, no que diz respeito a determinada perspectiva de mundo.

A tradição do documentário está profundamente enraizada na capacidade de ele nos transmitir uma impressão de autenticidade. E essa é uma impressão forte. [...] quando acreditamos que o que vemos é testemunho do que o mundo é, isso pode embasar nossa orientação ou ação nele. Obviamente, isso é verdadeiro na ciência, em que o

diagnóstico por imagem tem importância vital em todos os ramos da medicina. A propaganda política, como a publicidade, também se funda na nossa crença em um vínculo entre o que vemos e a maneira como o mundo é, ou a maneira como poderíamos agir nele. Assim fazem muitos documentários, quando têm a intenção de persuadir-nos a adotar uma determinada perspectiva ou ponto de vista sobre o mundo (NICHOLS, 2005, p.20).

A partir dessa visão, o documentário que propicia um novo olhar sobre determinado mundo, para que assim possamos compreendê-lo melhor, é definido por Nichols (2005) como documentário de representação social. Neste trabalho, esse tipo de produção fílmica pretende abordar a realidade dos povos remanescentes de quilombo, especificamente àqueles que fazem parte da comunidade quilombola de Alagadiço.

Literalmente, os documentários [sociais] dão-nos a capacidade de ver questões oportunas que necessitam de atenção. Vemos visões (fílmicas) do mundo. Essas visões colocam diante de nós questões sociais e atualidades, problemas recorrentes e soluções possíveis. O vínculo entre documentário e o mundo histórico é forte e profundo. O documentário acrescenta uma nova dimensão à memória popular e à história social (NICHOLS, 2005, p.27).

De acordo com Freire (2011), ao avaliar os estudos atuais de uma das principais instituições de fiscalização sistemática do uso da metodologia fílmica em pesquisas científicas, chegou-se à conclusão que o ponto inicial da pesquisa aliada a linguagem cinematográfica é a presença do pesquisador, munido da câmera e com o objetivo da sua pesquisa, neste caso, os moradores da comunidade quilombola de Alagadiço. Ainda segundo o autor, nesse momento se estabelece um jogo de influências entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados e, a partir dessa relação, nasce um produto singular sobre essa comunidade.

Esse produto pode representar o ponto de vista dos moradores da comunidade, no que diz respeito a realidade e o meio em que vivem. Mas até alcançar este ponto, é preciso manter essa relação de influência. Para isso é importante estabelecer confiança e respeito entre as partes envolvidas, de maneira que se sintam confortáveis e seguras diante das atividades que estão desempenhando. É preciso estabelecer princípios éticos durante a condução da pesquisa.

Para Nichols (2005), a ética existe para regular a conduta dos grupos nos assuntos em que regras inflexíveis, ou leis, não bastam. Diante disso, o pesquisador documentarista deve agir de forma respeitosa para com os sujeitos pesquisados, para que estes não se sintam constrangidos. Isso é parte essencial da formação profissional.

A ética torna-se uma medida de como as negociações sobre a natureza da relação entre o cineasta e seu tema têm consequências tanto para aqueles que estão representados no filme como para os espectadores. Os cineastas que têm a intenção de representar pessoas que não conhecem, mas que tipificam ou detêm um conhecimento especial de um problema ou assunto de interesse, correm o risco de explorá-las (NICHOLS, 2005, p.36).

O documentário trata-se de uma produção conjunta entre o pesquisador documentarista e os sujeitos retratados, a fim de representar, de maneira audiovisual, a comunidade quilombola em que vivem, contribuindo para que o filme adquira uma voz própria. Para Nichols (2005), a voz do documentário pode defender uma causa, apresentar um argumento, bem como transmitir um ponto de vista.

A voz do documentário não está restrita ao que é dito verbalmente pelas vozes de “deuses” invisíveis e “autoridades” plenamente visíveis que representam o ponto de vista do cineasta – e que falam *pele* filme - nem pelos atores sociais que representam seus próprios pontos de vista – e que falam *no* filme. A voz do documentário fala através de todos os meios disponíveis para o criador. Esses meios podem ser resumidos como seleção e arranjo de som e imagem, isto é, a elaboração de uma lógica organizadora para o filme (NICHOLS, 2005, p.76).

E é nesse ponto que o documentário se distancia de outras abordagens audiovisuais como o telejornalismo, por exemplo, embora haja aí uma certa controvérsia. No documentário existe a proposição clara por se tratar de um ponto de vista sobre algo, a voz que narra os fatos tem um posicionamento e esse é colocado de maneira clara. Já no telejornalismo há a pretensão da imparcialidade e com isso as interpretações ficam a cargo do telespectador, “teoricamente”.

A realidade, no documentário, é reconstruída através do olhar do cineasta, e o espectador percebe a presença da mão que dirige a história. No telejornalismo, os jornalistas, de certa forma, também colocam o seu olhar ao reconstruir um fato, porém, o ideal é que o telespectador não perceba esse olhar, o fato deve ser apresentado como se estivesse acontecendo naquele momento, como se estivesse

se desenrolando diante dos olhos do espectador. A realidade reconstruída pelo documentário é assumidamente subjetiva, a realidade reconstruída pelo telejornal buscar ser o mais objetiva possível (SANTOS E DE LA BARRERA AYRES, 2008, p. 14).

De acordo com Santos e Ayres (2008), existem semelhanças entre o documentário e o telejornalismo, mas suas diferenças são marcantes. Um exemplo disso é que ambos os casos trabalham com uma representação e reconstrução da realidade. No documentário a parcialidade é bem-vinda, no telejornalismo não (SANTOS E DE LA BARRERA AYRES, 2008).

Assim, nos documentários apresentados neste trabalho, ficam expostos, tanto nas técnicas visuais e sonoras de abordagem dos temas, quanto nas escolhas dos entrevistados e especialistas, que há uma tendência em mostrar os problemas sociais e as riquezas culturais a partir da visão dos comunitários do quilombo de Alagadiço.

A voz em off, as trilhas sonoras, as entrevistas e as abordagens dos especialistas se entrelaçam entre os tacks para dar voz às perspectivas que a comunidade quilombola tem em relação aos seus problemas sociais.

#### 4.2 O percurso metodológico para a construção dos documentários

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), Juazeiro é um município com 73% da população negra, entre pardos e pretos, e que tem no seu território mais de 17 comunidades remanescentes de quilombo. A comunidade de Alagadiço fica a 18 KM do centro da cidade e foi o primeiro povoado desse tipo a receber a certificação como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares. A oficialização foi publicada através da portaria 103, do dia 20 de maio de 2016 no diário Oficial da União (QUILOMBOS E SERTÕES, 2017).

Com um número tão expressivo de pessoas negras, com mais de 17 comunidades mapeadas como quilombolas e com apenas uma certificada e uma outra em processo de busca pela certificação (Barrinha da Conceição), fica explícito a necessidade da construção de mecanismos que fortaleçam as relações identitárias,

culturais, de território e memória dessas comunidades remanescentes de quilombo em Juazeiro – BA (QUILOMBOS E SERTÕES, 2017).

O percurso metodológico para a construção desta pesquisa consistiu no levantamento de informações sobre a comunidade negra, rural, quilombola do povoado de Alagadiço em Juazeiro - BA. O cumprimento dessa etapa garantiu o conhecimento, mesmo que ainda introdutória, sobre a comunidade a ser pesquisada, tendo como base o que já foi produzido e publicado em artigos científicos, ensaios, resumos, notícias de jornais e revistas.

Após essa etapa, agora mais familiarizado sobre a comunidade quilombola, se fez necessário o primeiro contato com os representantes da comunidade para a articulação de visitas e a partir daí se dá o processo de observação participante, referenciado por Oliveira (1995).

“Nesse sentido, os atos de Olhar e de Ouvir são, a rigor, funções de um gênero de observação muito peculiar (i.e., peculiar à antropologia), por meio da qual o pesquisador busca interpretar (melhor dizendo: compreender) a sociedade e a cultura do Outro "de dentro", em sua verdadeira interioridade. Tentando penetrar nas formas de vida que lhe são estranhas, a vivência que delas passa a ter e ou cumpre uma função estratégica no ato de elaboração do texto, uma vez que essa vivência- só assegurada pela observação participante "estando lá" - passa a ser evocada durante toda a interpretação do material etnográfico no processo de sua inscrição no discurso da disciplina. [...]” (OLIVEIRA, 1995, p. 31).

O caderno de campo é uma das principais ferramentas na construção de uma pesquisa etnográfica. Com ele é possível destacar as percepções mais efêmeras durante o contato com a comunidade e seus integrantes. Embora não seja a pretensão realizar uma pesquisa etnográfica, foram utilizados elementos desse tipo neste trabalho, tornando-o, assim, com traços de um trabalho etnográfico. E, com isso, seguir construindo uma narrativa intimista sobre as ações e reações do pesquisador sobre os sujeitos pesquisados. Essas anotações, que também podem ser gravações de áudio e vídeo, são importantes para que o pesquisador expresse o seu ponto de vista a partir de cada encontro.

“Este caderno terá um papel fundamental. Nele o pesquisador anotará as questões que o levaram a escolher aquele grupo e aquele tema, e as perguntas que tem em mente sobre o assunto. Assim o caderno funcionará como um registro descritivo de tudo o que ele vir e presenciar, seja em uma aldeia de índios bororo, seja em uma redação

de um grande jornal. Na "pré-história" da antropologia, o caderno de campo tinha inúmeras funções. O gravador hoje exerce uma que anteriormente era exclusiva do caderno: registrar entrevistas, eventos, conversas, músicas, liberando, em muitos aspectos, o olhar do pesquisador para o que está acontecendo ao redor" (TRAVANCAS, 2006).

Depois de próximo da comunidade, foi necessário conversar sobre pontos cruciais da pesquisa. Para isso foi utilizado o modelo de entrevista com roteiro semiestruturado. Com ele, o pesquisador determina os pontos chave das entrevistas e os questionamentos sobre os fatos mais relevantes que devem ser feitos aos representantes escolhidos, no entanto, não se trata de um modelo de entrevista engessado. Aqui, o entrevistado e o pesquisador puderam seguir outros caminhos durante a conversa, mas que não fugissem totalmente do roteiro previamente planejado.

Segundo Duarte (2005), a entrevista em profundidade é uma "técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada".

Para que seja possível obter uma visão geral sobre fatores socioeconômicos da comunidade e de condições sanitárias, fez-se necessário a aplicação de um questionário que abordasse essas temáticas. Através dos dados obtidos com o questionário, foi possível obter informações sobre o grau de escolaridade, renda média, tipos de moradia, assistência à saúde e outros elementos que nos auxiliaram a montar um perfil socioeconômico da comunidade quilombola pesquisada.

Chagas (2000) destaca o questionário como um valioso instrumento da pesquisa científica. Para o autor, o inquérito não deve ser interpretado como somente um conjunto de perguntas que levam a um determinado objetivo estabelecido na pesquisa, mas, um importante aliado do pesquisador, principalmente nas pesquisas sociais.

O documentário foi escolhido, para ser o método de pesquisa principal na execução desse trabalho, devido à singularidade dessa ferramenta. Através da utilização de imagens em movimento, captamos nuances da representação da comunidade pesquisada.

A linguagem cinematográfica detém sua própria singularidade devido à possibilidade de eternizar as sutilezas de um infinito de manifestações humanas (FREIRE, 2011, p.112). E é apoiado nesse conceito que essa linguagem foi escolhida para substanciar este trabalho, uma vez que a proposta dessa pesquisa se ancora em estudar as características de memória, cultura, identidade e território da comunidade quilombola de Alagadiço.

Um outro momento, talvez o mais relevante desse projeto, foi a realização de oficinas de documentário na comunidade quilombola. Conforme Lins e Mesquita (2008), ressaltam a relevância de se proporcionar a uma determinada população o acesso aos meios de produção audiovisual como estímulo a representação de si próprio. Ou seja, é interessante propor a esses indivíduos o acesso aos meios de produção audiovisual como forma de mostrar uma representação da sua cultura, costumes, relações sociais, etc., já que ainda são excluídos, devido a questões sociais e raciais, dos processos de contemplação e criação cinematográfica.

Essas oficinas serviram para que, conscientes sobre o uso e objetivos da linguagem do documentário, eles próprios, os quilombolas, pudessem gravar o que, para eles, mais representassem a sua cultura e relações com a terra onde vivem, ressaltando, desta forma, as relações de identidade, cultura e memória da comunidade.

[...] a videografia (em suporte magnético ou digital) introduziu um novo elemento no processo de pesquisa, modificando sobremaneira a relação pesquisador/pessoas filmadas. Estas últimas podem agora participar mais efetivamente do desenrolar da investigação, contribuindo, através da observação crítica de suas próprias imagens, para o enriquecimento dos resultados. [...] as pessoas filmadas têm sua própria maneira de se apresentar aos olhos do observador e suas atividades combinam sempre, componentes de ordem corporal, material e ritual (FREIRE, 2011, p.110 e 112).

A partir dessa experiência podemos ver a comunidade de Alagadiço, pelos olhos dos próprios moradores, de maneira mais participativa no processo de criação do documentário, com a mínima interferência externa ou vício que o pesquisador possa carregar consigo mesmo.

#### 4.2.1 Minidocumentário – Alagadiço um Quilombo no Sertão.

As oficinas de vídeo documentário, atividade proposta na metodologia desta pesquisa, foram realizadas em três dias, nos quais foram ministrados conteúdos sobre conceitos de documentário, exibição e discussões de pequenos filmes, produção, roteiro, gravação, fotografia, enquadramento, composição e edição.

Uma particularidade da oficina é que, no dia agendado para o primeiro encontro, embora a idade estipulada para a oficina fosse livre, somente as crianças apareceram para participar. Um total de 13 crianças com idade entre 4 a 12 anos, atentas às aulas de vídeo que aconteceram dentro da igreja da comunidade.

**Figura 2-** Oficina de vídeo em Alagadiço.



Foto: Adeilton Jr

**Figura 3 –** Enquadrando o cotidiano.



Foto: Adeilton Jr

**Figura 4 –** Construção do olhar fotográfico



Foto: Adeilton Jr

**Figura 5 –** Dominando os meios de produção.



Foto: Adeilton Jr

Após as aulas teóricas, as crianças saíram para praticar com o equipamento de gravação. As práticas eram feitas com o revezamento da câmera, para que todos pudessem ter acesso ao manuseio dos meios de produção.

Com o findar das aulas, a proposta era construir coletivamente, a partir do que eles aprenderam nos encontros, um minidocumentário sobre a comunidade de Alagadiço.

Durante a produção desse minidoc foi discutido qual seria a temática do filme. O resultado foi representar a liderança da comunidade. As crianças decidiram fazer um perfil do líder comunitário de Alagadiço, o senhor Gregório Santos. A abordagem se dá a partir das relações cotidianas do comunitário e seus pensamentos sobre a comunidade, sonhos e lutas.

**Figura 6** - O mindoc construído pelas crianças.



*Imagens do mindoc.*

**Figura 7** - O perfilado no mindoc.



*Imagens do mindoc*

**Figura 8** - A representação de um modo de vida



*Imagens do mindoc*

**Figura 9** - Pescando em um rio de sonhos



*Imagens do mindoc*

O vídeo produzido durante as oficinas foi exibido em uma sessão de cinema, realizada na igreja da comunidade, como forma de retribuição ao trabalho desenvolvido pelas crianças, para que todos os moradores pudessem se enxergar e ter orgulho de ser remanescente quilombola, uma vez que nem todos sentem dessa forma.

#### 4.2.2 Documentário – Alagadiço: Memórias e identidades de uma Comunidade Quilombola

O documentário final, produzido como resultado desta pesquisa, teve o objetivo de reunir depoimentos e representar, através das imagens, as relações históricas sobre a ocupação da comunidade, as questões de territorialidade, cultura e as relações sociais presentes no quilombo de Alagadiço.

O processo de produção foi estruturado para abarcar o maior número de informações sobre a comunidade e representar suas vivências cotidianas. O modelo de documentário idealizado para essa produção foi diferente do elaborado pelas crianças, optamos pelo formato mais tradicional, intercalando depoimentos e análises de especialistas.

Com os moradores de Alagadiço, as entrevistas foram agendadas por telefone/redes sociais e as pessoas escaladas para serem gravadas eram indicadas pelos próprios moradores. Essas indicações eram feitas com base no tema que iria ser abordado. Geralmente as indicações eram feitas pela proximidade do entrevistado com o assunto. Um exemplo disso foi a escolha de Dona Cícera como uma das personagens do doc, pois ela tinha vivenciado o processo de demolição da sua casa devido a um conflito pela terra na comunidade.

A fotografia do documentário foi encaminhada no sentido de exibir as belezas da comunidade. Os enquadramentos das entrevistas em Alagadiço foram pensados no sentido de valorizar essas pessoas, dar importância às suas falas, bem como suas problemáticas.

As Imagens aéreas foram utilizadas em grande quantidade no doc em plano aberto. O documentário iniciou com uma imagem aérea com narração em off sobre breve histórico da comunidade. Essa tomada aérea representou a aproximação do espectador com a comunidade. A partir daí, o enquadramento vai se fechando e o documentário tem início abordando sobre como se deu o surgimento da comunidade.

E é nesse entrelaçar de depoimentos, entre entrevistadas, entrevistados e especialistas, que se dá o desenrolar do documentário. As entrevistas externas, foram encaminhadas no sentido de esclarecer a comunidade sobre os processos de

reconhecimento e direitos que a constituição garante aos quilombolas. E também como uma forma pedagógica de levar à outras comunidades essas informações.

As entrevistas com representantes da Fundação Cultural Palmares, Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária - INCRA e demais órgãos foram concebidos para esclarecer algumas dúvidas sobre o processo de certificação e da titulação das terras do quilombo. A antropóloga Nádia Barreto deu ao doc uma análise geral sobre várias temáticas que perpassam pelas relações sociais vivenciadas pelos diversos quilombos.

Esse somatório de entrevistas e análises, intercaladas por trilhas sonoras e imagens de apoio, culminou nesse doc que reflete as relações sociais presentes na comunidade quilombola de Alagadiço, a cultura e religiosidade daquele povo e suas lutas para a manutenção do território que é deles por direito.

Visto o protagonismo feminino na Comunidade de Alagadiço, uma vez que, salvo a presença de seu Gregório, a maioria das pessoas que participam efetivamente das reuniões e momentos de luta pelos direitos da comunidade são mulheres, esse documentário também buscou refletir essa representatividade feminina. Por isso, a maioria das fontes, entre especialistas e comunitários/as, são mulheres. Mas, não nos aprofundaremos nesse tema no momento. No entanto, vale como proposta para estudos posteriores.

A importância desse ato, a construção desses documentários, vão refletir tanto no presente quanto no futuro dessas populações. Pois, assim como na fotografia, podemos definir que a imagem em movimento “é literalmente a emanção do referente” (BARTHES, 1984, p. 121). Ou seja, essa representação capturada em som e imagem prova a existência das populações quilombolas em Juazeiro e jamais poderemos negar, outra vez, a existência delas.

Enquanto “real”, o referente gravado ou fotografado, é possível afirmar que essas comunidades um dia estiveram lá, como um fato representativo do que Roland Barthes (1984) atribui à fotografia: a ideia do “*isso foi*”, que também pode ser empregada aqui. A ideia de que “*isso*” aconteceu, de que os negros e quilombolas existiram e existem, pois, posto “na fotografia [ou imagem em movimento], jamais [podemos] negar que ‘a coisa esteve lá’” (BARTHES, 1984, p. 115).

[...] isso que vejo encontrou-se lá, nesse lugar que se estende entre o infinito e o sujeito (*operator* ou *espectator*): ele esteve lá, e toda via de súbito foi separado; ele esteve absolutamente, irrecusavelmente presente, e, no entanto, já diferido. O verbo *intersun* quer dizer tudo isso (BARTHES, 1984, p. 115-116).

Assim como destacado por Barthes, a ideia de representar essa comunidade em dois documentários vai muito além da simples concepção dos filmes. Com a constatação fílmica dessa comunidade, fica mais uma contribuição, tanto para a comunidade, quanto para a história de Juazeiro – BA, sobre a existência de Alagadiço e a representação do primeiro quilombo reconhecido na cidade. Uma vez que tem-se, ao longo dos séculos, tentado invisibilizar essas populações.

## CAPÍTULO V

### 5. UMA ANÁLISE SOBRE O PRIMEIRO QUILOMBO RECONHECIDO EM JUAZEIRO – BA

#### 5.1 Alagadiço: o único quilombo reconhecido em Juazeiro-BA

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares<sup>1</sup> é possível que a população de quilombolas no Brasil seja superior a dois milhões de indivíduos. Ainda de acordo com a Fundação, o estado da Bahia tem cerca de 718 comunidades remanescentes de quilombos, destas 597 já foram certificadas, totalizando aproximadamente 80%. (FCP, 2016). Juazeiro, cidade baiana que fica às margens do Rio São Francisco, vai na contra - mão do estado.

De acordo com o levantamento feito pelo grupo de pesquisa do projeto Perfil Foto etnográfico das Populações Quilombolas da Região do Submedio São Francisco: Identidades em movimento, vinculado a Universidade do Estado da Bahia, existem mais de 17 comunidades quilombolas que ainda não foram certificadas pelo Governo Federal em Juazeiro e, destas, apenas uma comunidade quilombola foi reconhecida oficialmente, enquanto as outras 16, ainda nem fizeram a solicitação à Fundação Palmares. Os dados da pesquisa são publicados na plataforma online do projeto, Quilombos e Sertões<sup>2</sup> (QUILOMBOS E SERTÕES, 2017).

O processo de certificação de uma comunidade como remanescente de quilombo se dá quando os integrantes da própria comunidade se auto reconhecem como quilombolas e, enviam uma solicitação requerendo o certificado da Fundação Cultural Palmares. Esse pedido deve ser enviado com um relato de autoafirmação, juntamente com fotos, reportagens e/ou estudos que comprovem a identidade

---

<sup>1</sup> A Fundação Cultural Palmares foi criada em 1988 com a finalidade de promover, preservar e preservar a cultura afro-brasileiras. FUNDAÇÃO PALMARES, 2016. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acessado em 14 de junho de 2016.

<sup>2</sup> Blog do projeto de pesquisa Perfil Fotoetnográfico das Populações Quilombolas da Região do Submédio São Francisco: Identidades em movimento do campus III da UNEB em Juazeiro.

quilombola da comunidade. O próximo passo é aguardar a visita de um técnico da Fundação Palmares, que após verificar as informações, deve emitir um parecer favorável à comunidade. A certificação tem que ser publicada no Diário Oficial da União.

Mostrar a luta e o longo caminho que a comunidade de Alagadiço, primeira reconhecida em Juazeiro – BA, percorreu até alcançar o reconhecimento oficial como comunidade quilombola, pode incutir nos líderes e integrantes das outras comunidades situadas em Juazeiro o desejo de se auto reconhecerem, enquanto remanescentes, e a lutarem pelos direitos que lhes são assegurados.

Embora, reconhecida oficialmente, a comunidade de Alagadiço ainda deve resistir bastante até conseguir alcançar as benfeitorias, como a implantação de políticas públicas nas áreas de saúde e educação que o título de quilombola garante, além da titulação oficial de posse da terra garantida pela constituição de 1988.

De acordo com Santos (2014), o território de Alagadiço foi sendo invadido e a comunidade cada vez mais empurrada para longe do seu local de origem por fazendeiros. “A terra foi sendo ocupada por grandes proprietários e hoje um único dono ocupa as áreas circunvizinhas à comunidade, restringindo o espaço dos antigos moradores e bloqueando o acesso direto ao rio: de um lado o verde da propriedade irrigada e de outro a aridez do Alagadiço” (SANTOS, 2014).

No entanto, para esta pesquisa, pretende-se o aprofundamento nas questões que levaram a comunidade de Alagadiço a ter o certificado de remanescente de quilombo e a endossar as questões territoriais, culturais, de identidade e memória dessa comunidade para que, desta forma, consigam o título das propriedades que são suas por direito. Esse aprofundamento se dará através da construção da trajetória da comunidade, relações identitárias, culturais e territoriais compartilhadas por esse grupo até os dias atuais.

O primeiro contato com os moradores de Alagadiço para a construção desta pesquisa se deu em 2017. A princípio, foi convocada uma reunião com a comunidade para que o pesquisador apresentasse o projeto de dissertação e a comunidade, em assembleia, decidisse pela aceitação ou não do trabalho.

Nesta reunião, foi apresentado o projeto e houve um momento de questionamentos e sugestões ao trabalho. De início o projeto teria a fotografia como base, no entanto, nessa mesma reunião foi proposto a utilização da ferramenta de vídeo.

No começo a comunidade ficou receosa com o convite para a pesquisa, mas com o passar do tempo e à medida que foram conhecendo mais do projeto, as coisas foram sendo encaradas com mais tranquilidade e o pesquisador foi autorizado a realizar a pesquisa.

O questionário socioeconômico, proposto na metodologia, foi aplicado em 100% das residências de Alagadiço e expôs o panorama geral da comunidade. O resultado foi a constatação de uma realidade difícil e que reflete a ausência do Estado.

Alagadiço têm 38 residências habitadas e 3 casas fechadas, divididas em uma vila com 09 casas localizadas às margens da BA 210 e 29 residências ocupadas na parte principal da comunidade. Há uma igreja católica da invocação de Santa Izabel e uma escola municipal abandonada.

De acordo com as informações colhidas através do questionário, a comunidade tem aproximadamente 81 habitantes entre idosos, adultos e crianças. O inquérito reúne respostas de 47 pessoas que moram na comunidade.

Na primeira comunidade reconhecida como quilombola, em Juazeiro, a pergunta sobre a identificação de raça/cor ainda é encarada com estranheza e dúvida, o que resultou em 60,8% das pessoas entrevistadas se declararem pardas; 36,9% pertos/negros e 2,1% brancos.

Sobre situação de discriminação vivenciada, 91,3% alegaram nunca ter sofrido algo do tipo; outros 8,6% afirmaram que já foram ignorados em ambientes públicos ou privados e constrangidos por se identificarem como quilombolas ou por serem negros.

Sobre moradia, 100% das casas da comunidade foram declaradas como próprias. No entanto, nenhuma das casas possui tratamento de água, que é consumida diretamente do rio, sem nenhum método de purificação além de filtros de barro; não há escolas, nem creches na comunidade, as crianças em idade escolar são encaminhadas para o povoado da Lagoa, a alguns quilômetros da comunidade;

Também não existe saneamento básico em Alagadiço, em 56,5% das residências os dejetos humanos são destinados às fossas sépticas e em 43,4% das casas os esgotos são jogados a céu aberto; não há Unidade de Saúde da Família na localidade. O atendimento é garantido na comunidade vizinha, no entanto, o serviço é precário devido ao número reduzido de vagas destinadas à comunidade quilombola.

De acordo com o questionário, a renda da população de Alagadiço é mantida principalmente pelo Programa Bolsa Família (30,9%), embora muitos entrevistados destacassem o cancelamento do benefício pelo governo no último ano, seguida pelos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (28,5%). Alguns dos moradores informaram ser beneficiários dos programas garantia safra e seguro defeso.

Os trabalhadores agropecuários somam 9,5% da população do local, mas vale ressaltar que as condições de emprego são baseadas em pequenos serviços e que a renda não chega a um salário mínimo mensal; os que trabalham na agricultura de subsistência chegam a 14,2%; os que sobrevivem com auxílio doença, trabalham no comércio na ilha do Rodeadouro e outras profissões somam 16,6% dos entrevistados.

O grau de escolaridade dos moradores entrevistados em Alagadiço demonstrou a dificuldade de acesso ao ensino, principalmente em nível de graduação. Entre as pessoas entrevistadas, não existem universitários ou graduados, cerca de 36,9% estudaram apenas do 1º ao 5º ano primário; 32,6% tem o ensino médio completo; 15,2% estudaram do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e 15,2% nunca frequentaram a escola.

Embora 71,7% dos entrevistados criem animais, 77,8% nunca receberam nenhum tipo de assistência técnica ou extensão rural em suas propriedades e 84,7% nunca ouviram falar de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

Sobre as melhorias da comunidade após a certificação como quilombola, 86,9% dos entrevistados aprovaram a iniciativa e atribuíram as mudanças ocorridas na comunidade ao título concedido pela Fundação Palmares. Os outros 13% não souberam responder.

A chegada de equipamentos agrícolas como uma máquina forrageira, conseguida através de parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e, também, o reconhecimento obtido pela comunidade por outras pessoas, são alguns dos pontos positivos trazidos pela certificação. Segundo alguns moradores, estudantes de diferentes instituições tem visitado a comunidade com frequência, com o intuito de conhecer a localidade, e isso tem animado os moradores do local.

Foi através do questionário socioeconômico que pode-se enxergar a comunidade de Alagadiço e ver suas principais e mais gritantes dificuldades. E, ainda, enfatizar o nível de marginalização e exclusão a qual essas pessoas foram e são submetidas.

## 5.2 Observações sobre Alagadiço

O Relatório da navegação do rio São Francisco e o primeiro censo populacional brasileiro são evidências oficiais e, portanto, incontestáveis da presença negra escravizada em Juazeiro – BA, mesmo não estando presente na história oficial da cidade. Há, no entanto, um paralelo que pode ser traçado em relação a população indígena, que embora aquém da sua importância, ao menos está presente na história do município. Afinal, há uma praça que representa um memorial aos indígenas que habitavam essas terras, a Praça do Índio, mas não há qualquer referência ou homenagem a presença negra na cidade.

Em uma sociedade com problemas estruturais enraizados sistematicamente ao longo dos anos, como o racismo por exemplo, é compreensível não quererem homenagear a população negra. Afinal de contas a historiografia nos relata que o estupro de mulheres negras por seus senhores e a imigração europeia, foram estratégias para, a longo prazo, apagar a herança e presença negra do estado brasileiro, numa tentativa de embranquecer essa população. Então não haveria razão para homenagear uma raça que historicamente se quis esquecer.

Com os escritos e o mapa presente no relatório imperial realizado entre 1852 a 1854 pelo Engenheiro Halfeld é possível inferir que a povoação do território de Alagadiço e de outras comunidades descritas como quilombolas, se deu por seus

antepassados escravos e ex-escravos. Se juntarmos esses documentos históricos aos relatos de povoação do território do Vale do São Francisco por escravos, isso fica ainda mais nítido.

Com as informações trazidas pelo mapa, presente no relatório do engenheiro Halfeld, percebe-se a descendência quilombola de comunidades vizinhas a Alagadiço, como Barrinha da Conceição e Rodeadouro. Nos escritos do engenheiro essas comunidade aparece descritas de maneira diferente, apenas como Barrinha e Rodeador.

A partir dessa confirmação, este documento, assim como outras publicações acadêmicas resultantes deste trabalho, servirá para impulsionar as ações sobre a posse definitiva da terra aos remanescentes, que de forma pacífica, fraterna e coletiva, ocuparam, há séculos atrás, esse território.

Com a análise dos dados colhidos através do questionário socioeconômico realizado em Alagadiço é possível perceber que o povoado não foge à regra das comunidades negras, rurais ou urbanas, espalhadas pelo Brasil. A condição de abandono do Estado ainda hoje é perceptível.

O primeiro ponto a se destacar nessa análise é a não presença do sentimento de orgulho racial, característico de movimentos sociais ou comunidades que lutam por respeito e se impõem perante à sociedade na busca por direitos. Os moradores de Alagadiço ainda têm dificuldade em se autodeclararem negros. O questionamento sobre as opções de identificação raça/cor foram respondidos com estranheza. O que é totalmente compreensível devido à massiva carga de violência a que o negro é exposto.

A ausência de políticas públicas para acesso a saúde, água tratada e educação reafirma que os negros e negras ainda carregam em suas comunidades a marca do esquecimento social de um povo que foi, e ainda é colocado a margem das políticas públicas mais essenciais à uma sociedade.

O resultado sobre o nível de acesso ao mercado de trabalho também deixa claro a posição que o negro morador de Alagadiço é colocado, uma vez que a renda da maioria das famílias da comunidade é advinda de benefícios como o Bolsa Família e aposentadoria. As relações de emprego ainda são mantidas por pequenos serviços

prestados em outras propriedades rurais, similar aos descritos no período pós abolição, sem qualquer periodicidade. Isso mostra que é preciso avançar bastante em relação as questões de emprego e renda.

Os cortes de famílias do Programa Bolsa Família, relatados durante a aplicação do questionário, demonstram outra dura realidade enfrentada pelas populações mais pobres do Brasil, após a derrubada da Presidenta Dilma Rousseff e o consequente desmonte nas políticas públicas sociais do País.

A falha no acesso à programas governamentais chega a ser tanta que um dos principais programas de prestação de assistência técnica do Governo Federal, criado em 1995, o PRONAF é desconhecido pela imensa maioria das famílias de Alagadiço.

Visto o perfil socioeconômico da comunidade de Alagadiço, é notório que o braço forte do preconceito e discriminação ainda pesa sobre a comunidade. No entanto, o preconceito acaba se naturalizando como algo comum e com o passar do tempo deixa de ser visto como uma violência e torna-se natural, normal, algo que sempre esteve ali e que continuará.

Talvez essa percepção prevalecente justifique o fato de que a maioria das pessoas entrevistadas relatou nunca ter vivido nenhuma situação de discriminação por ser negro/negra ou ainda por ser quilombola. Os poucos relatos de preconceito vêm da juventude, a mesma juventude que durante o questionário se declarou categoricamente negra. Apontando para uma politização vinda através de pesquisadores e projetos desenvolvidos na comunidade, uma vez que a maioria das pessoas que vivem na comunidade se declaram pardas.

Há ainda em Alagadiço uma preocupação com a juventude. Nas oficinas de vídeo, uma das intervenções propostas por esta pesquisa, a participação foi majoritariamente de crianças e adolescentes. O que aponta um cuidado para que os mais jovens tenham outras experiências e busquem construir algo novo que agregue conhecimento para eles e que dê um retorno para a comunidade.

Um paralelo presente neste contexto é que durante a realização das oficinas a temática proposta para o minidocumentário produzido pelas crianças foi representar os mais velhos, nesse caso a liderança da comunidade, como uma forma de respeito aos mais idosos.

A construção do documentário busca refletir essas características da comunidade de Alagadiço. Tem uma abordagem histórica e busca enfatizar os desafios e conquistas dessa comunidade através da representação imagética de um povo que lutou, luta e pretende continuar lutando pelos direitos que lhes foram negados ao longo do tempo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A construção dos documentários “Alagadiço: Memórias e Identidades de uma Comunidade Quilombola” e do Minidocumentário “Alagadiço: Um Quilombo no Sertão” são ferramentas que buscam refletir os processos históricos e sociais da comunidade quilombola de Alagadiço, uma vez que contribui para reafirmar a presença quilombola no município de Juazeiro - BA.

Os documentários, em especial “Alagadiço: Memórias e Identidades de uma Comunidade Quilombola”, problematizam sobre os conflitos fundiários da comunidade e trazem narrativas sobre um passado histórico de ocupação do território onde hoje se encontra a comunidade e suas identidades.

A constatação da presença, não tão incomum na história de um modo geral, da sobreposição de alguns fatos em detrimento de outros, tanto relacionada a história dos africanos escravizados, quanto a presença desse mesmo povo na história de Juazeiro – BA, evidencia a necessidade de reparar essa falha, recontar e reconstruir essa história, e nisso os documentários aqui propostos cumprem o seu papel.

A representação, através de um documentário em audiovisual, de um povo historicamente discriminado, marginalizado, excluído dos meios de produção e de representação cinematográfica, já é, por tudo isso, um ato de resistência.

Os negros, na maioria das vezes, eram delegados aos núcleos da dramaturgia localizados nas cozinhas e favelas, reforçando ainda mais a marginalização desse povo, que se viu representado por muito tempo em papéis de domésticas, porteiros,

catadores de lixo, garis, traficantes, etc. Personagens cativos das atrizes e atores negros.

A aparição em 2018 de um super-herói negro, o primeiro de uma franquia de filmes de heróis, no qual o protagonista e a maioria do elenco também eram de negros e negras que desempenharam papéis de destaque, causou euforia, orgulho e mostrou para a indústria cinematográfica que filmes com maioria negra, como Pantera Negra, também podem bater recordes de bilheteria.

A construção do documentário “Alagadiço: memórias e identidades de uma comunidade quilombola”, traz como proposta representar a existência desse povo no território de Juazeiro, contar suas histórias, fazer saber suas lutas e dificuldades, enaltecer sua cultura e, com isso, incentivar outras comunidades a se auto reconhecerem quilombolas, uma vez que das 17 comunidades mapeadas como quilombolas, Alagadiço é o único povoado que tem a certificação oficial de comunidade remanescente.

Através desse documentário, são representadas as relações de territorialidade e a importância da terra para a comunidade quilombola de Alagadiço. Além de mostrar a riqueza cultural desse povo que tanto lutou para ser reconhecido, de fato e de direito, como quilombola. Além de divulgar quem são os povos remanescentes de quilombo em Juazeiro, como se dão suas relações comunitárias cotidianas e econômicas.

A intenção dessa pesquisa e desses documentários foi, de fato, exibir uma representação da identidade quilombola desse povo, que apesar de tantos anos, ainda lutam por dignidade, justiça, reconhecimento e respeito.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. **Escravos**. 2002. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3537/1/Escravo.pdf> Acessado em 24/01/2018.

ARRUTI, José Maurício Andion. **A emergência dos “remanescentes”:** Notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. MANA 3(2): 7 – 38. 1997.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Terras Negras: Invisibilidade Expropriadora – Terras e Territórios de Negros no Brasil**. Ano 1 – nº 2 – 1991.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara: Nota sobre fotografia**. Editora Nova Fronteira. 9ª impressão: Tradução de Júlio Castañon. 1984.

BIANCO, Bela Feldman. MULLER, Cíntia Beatriz e OLIVEIRA, Osvaldo Martins. **Associação Brasileira de Antropologia (ABA)**, 2012. Documento – Parecer da Associação Brasileira de Antropologia. Link <http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/institucional/grupos-de-trabalho/quilombos-1/adi3239/gt-quilombos-parecer-sobre-adi-3239.pdf> Acessado em: 14/06/2016.

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. **"O questionário na pesquisa científica."** *Administração online* 1.1 (2000). [https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255609/mod\\_resource/content/0/O\\_questionari\\_ona\\_pesquisacientifica.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255609/mod_resource/content/0/O_questionari_ona_pesquisacientifica.pdf) . Acessado em 20/10/2017.

CORRÊA, Camila Alves. **O que se ensina sobre escravidão nas escolas?** 2018 <https://pontocritico.org/20/02/2018/o-que-se-ensina-sobre-escravidao-nas-escolas/> Acessado em 21/03/2018.

COTA, Luiz Gustavo Santos. **Não só “para inglês ver”: justiça, escravidão e abolicionismo em Minas Gerais**. História Social, nº 21, segundo semestre de 2011. <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/912> Acessado em 12/01/2018.

CRUZ, Rafael de Oliveira. **ABOLIÇÃO E ESCRAVIDÃO NO SERTÃO**. 2015. [http://www.geraldojose.com.br/index.php?sessao=noticia&cod\\_noticia=63143](http://www.geraldojose.com.br/index.php?sessao=noticia&cod_noticia=63143) Acessado em 14/08/2017

DUARTE, Jorge. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação** - 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ELTIS, David. **Um breve resumo do tráfico de escravos transatlântico, Viagens: Banco de Dados do Tráfico Transatlântico de Escravos**. 2007, <http://www.slavevoyages.org/assessment/essay>. Acessado em 24/04/2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. 2001. Revista de Cultura Vozes.

FRANÇA, Renan. **Pesquisa americana indica que o Rio recebeu 2 milhões de escravos africanos**. 2016. Acessado em 24/04/2018. <https://oglobo.globo.com/rio/pesquisa-americana-indica-que-rio-recebeu-2-milhoes-de-escravos-africanos-15784551#ixzz5Dj2XWj5Z>

FREIRE, Marcius. **DOCUMENTÁRIO. Ética, estética e formas de representação**. SÃO PAULO: ANNABLUME. 1º edição - 2011.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>

HALFRED, Henrique Guilherme Fernando. **Atlas e Relatório Concernente à Exploração do Rio São Francisco – Desde a cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico**. 1860. Rio de Janeiro – RJ. Biblioteca do Senado Federal. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185636> Acessado em 09/02/2018.

\_\_\_\_\_. Mapa presente no **Atlas e Relatório Concernente à Exploração do Rio São Francisco – Desde a cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico**. 1860. Rio de Janeiro – RJ. Biblioteca do Senado Federal. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185636> Acessado em 09/02/2018.

KLEIN, Heberth S. **A Demografia do Tráfico Atlântico de Escravos para o Brasil**. 1987, p 129 – 149. <https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/Klein.pdf> Acessado em 12/02/2018.

LINS, Consuelo e MESQUITA, Cláudia. **Filmar o real. Sobre o documentário brasileiro contemporâneo**. Rio de Janeiro: ZAHAR. 2008.

MALCHER, Maria Albenize Farias. **"Identidade quilombola e território."** *Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação*. Belém 21 (2009): 399-421.

MANENTI, Caetano. **Perto do fim da escravidão, 60% dos negros trazidos ao país eram crianças**. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/04/13/perto-do-fim-da-escravidao-60-dos-negros-trazidos-ao-pais-eram-criancas.htm?cmpid=copiaecola>. 2015. Acessado em: 24/04/2018.

MARTINS, Roberto Borges. **Desigualdades Raciais e Políticas de Inclusão Racial: Um sumário da Experiência Brasileira Recente**. División de Desarrollo Social – CEPAL/ ONU, Santiago do Chile – 2004. <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/6072-desigualdades-razais-politicas-inclusao-racial-sumario-experiencia-brasileira> Acessado em 13/02/2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro – Processo de um racismo mascarado**. 3ª ed – São Paulo: Perspectivas, 2016.

\_\_\_\_\_. **O Quilombismo – Documento de uma Militância Pan-africana**. Editora Vozes LTDA – Petrópolis – RJ – 1980. Acessado em 10/02/2018. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/36957983/355314565-abdias-do-nascimento-o-quilombismo-pdf>

NICCHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. 3ª ed. Tradução Mônica Saddy Martins. – Campinas, SP: Papirus, 2005. – (Coleção Campo Imagético).

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O Trabalho do Antropólogo – Olhar, Ouvir, Escrever**. Revista de Antropologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996, v. 39, nº 01.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826 – 1865**. São Paulo – SP, 2009.  
[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde.../TAMIS PEIXOTO PARRON.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde.../TAMIS_PEIXOTO_PARRON.pdf)  
 Acessado em 12/04/2017.

QUILOMBOS E SERTÕES. Disponível em: <http://quilomboseserto.es.blogspot.com.br>

**Recenseamento do Império do Brasil**. 1873. Pop 1872 – Brasil.  
<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/> . Acessado em 26/04/2018.

REIS, Elisa P. **O Estado Nacional como Ideologia: O caso brasileiro**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. vol. I. n. 2, 1988. p. 187-203.

REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio – Histórias dos quilombos no Brasil**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REVISTA FATOS DO VALE. **Juazeiro ano 111 – História e Pré-história de Juazeiro**. Edição especial. Ano IV, nº 23, Julho de 1989.

RIBEIRO JÚNIOR, Ademir. **Parafernália das mães ancestrais – As mascaras Gueledé, os EdanOgboni e a construção do imaginário secreto africano no Recôncavo Baiano**. São Paulo – SP – 2008.

SILVA, Simone Rezende. **Quilombos no Brasil: A Memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. 2012. <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>  
 Acessado em 07/05/2018.

SANTOS, Macelle Khouri; DE LA BARRERA AYRES, Melina. **A vida através da tela: a realidade através do telejornal e do documentário**. São Paulo, 2009.  
[http://www.tvrealidade.facom.ufba.br/coloquio%20textos/Melina%20Ayres\\_Macelle.pdf](http://www.tvrealidade.facom.ufba.br/coloquio%20textos/Melina%20Ayres_Macelle.pdf) . Acessado em: 29/07/2018.

SANTOS, Márcia Guena. **Perfil da comunidade quilombola do Alagadiço: entre textos e imagens (Juazeiro-Ba)**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – João Pessoa - PB – 15 a 17/05/2014.  
<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-1751-1.pdf>  
 Acessado em: 14/08/2018.

SILVA, Valdério Santos. **Rio das Rãs e Mangal Feitiçaria e poder em territórios quilombolas do Médio São Francisco**. Tese de doutorado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2010.

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=182200](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=182200) Acessado em 15/03/2018.

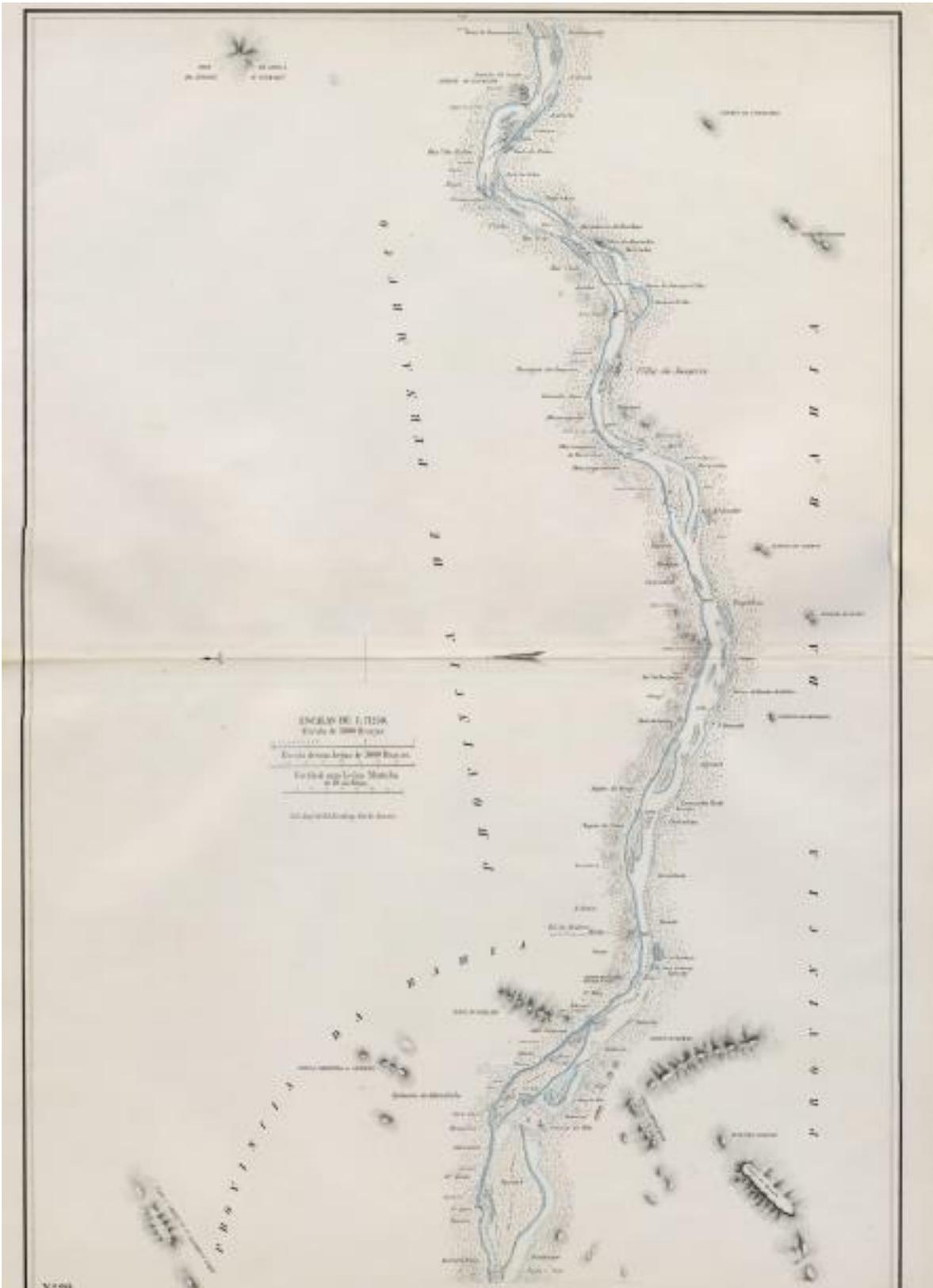
SILVA, Wilson Dias. **Os Remeiros do São Francisco** - Juazeiro – BA. s/a. Terras e Territórios de Negros no Brasil. Ano 1 – nº 2 – 1991.

TRAVANCAS, Isabel. **Fazendo etnografia no mundo da comunicação**. In BARROS, A. e DUARTE, J. (orgs.), Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2006, pp. 98-109.

## **ANEXO**

### **ANEXO 1**

## MAPA DO RIO SÃO FRANCISCO EM 1853 – 1854



Fonte: Eng. Halfeld

## APÊNDICE

## APÊNDICE I

### CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – PERÍODO 2018.1

**Pós-Graduando(a):** Adelton Gonçalves da Silva Júnior

**Orientador:** João Alves do Nascimento Júnior

**Título do projeto:** Documentário da Comunidade Quilombola de Alagadiço em Juazeiro – Ba: Memória, Território, Cultura e Identidade

**Linha de Pesquisa:** I Identidade, Cultura e Processos Sociais

Indicar as Etapas	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.
Encontros com o orientador	X	X	X	X	X	X
Revisão de literatura	X	X	X			
Busca de informações	X	X	X			
Visitas		X	X			
Entrevistas orais		X	X			
Gravações		X	X			
Aplicação de questionário		X				
Oficinas de documentário		X				
Exibição do documentário			X			
Edição		X				
Redação da dissertação				X	X	
Revisão e entrega					X	
Defesa						X

**APÊNDICE II**  
**QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO**

Questionário sócio econômico da comunidade quilombola de Alagadiço em Juazeiro  
- BA

**1. Qual seu sexo?**

- a. Masculino
- b. Feminino

**2. Qual sua idade?**

- a. 0 a 15 anos
- b. 16 a 30 anos
- c. 31 a 50 anos
- d. 51 a 64 anos
- e. Maior de 65 anos

**3. Quantas pessoas moram na mesma casa que você?**

- a. Moro sozinho
- b. Uma a três pessoas
- c. Quatro a sete pessoas
- d. Oito a dez pessoas
- e. Mais de 10 pessoas

**4. Até que série você estudou?**

- a. 1º ao 5º do ensino fundamental
- b. 6º ao 9º do ensino fundamental
- c. 1º ao 3º anos do ensino médio
- d. Nível superior, mestre, doutor ou pós-doutor
- e. Analfabeto

**5. Qual sua raça/cor?**

- a. Preto/negro
- b. Pardo
- c. Branco
- d. Amarelo
- e. Índio

**6. Você já sofreu algum tipo de discriminação?**

- a. Não
- b. Sim. Qual? \_\_\_\_\_

**7. A casa que você mora é...**

- a. Própria
- b. Alugada
- c. Cedida

**8. Do que é feita a casa que você mora?**

- a. Alvenaria coberta de telha
- b. Alvenaria coberta de palha
- c. Barro coberta de telha
- d. Barro coberta de palha

**9. Qual a fonte de renda da sua família?**

- a. Aposentadoria
- b. Trabalho rural assalariado
- c. Agricultura para consumo próprio
- d. Auxílio doença
- e. Bolsa Família
- f. Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**10. Qual a sua renda mensal, aproximadamente?**

- a. Nenhuma renda.
- b. Até 1 salário mínimo
- c. De 1 a 3 salários mínimos
- d. De 3 a 6 salários mínimos.
- e. Mais de 6 salários mínimos

**11. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?**

- a. Nenhuma renda
- b. Até 1 salário mínimo
- c. De 1 a 3 salários
- d. De 3 a 6 salários mínimos
- e. Mais de 6 a 9 salários mínimos

**12. Qual o destino dos dejetos humanos da sua casa?**

- a. Jogados a céu aberto
- b. Fossa séptica
- c. Rede pública de esgoto

**13. Onde é descartado o lixo?**

- a. Jogados a céu aberto
- b. Coletado pelo município
- c. Queimado

**14. Há tratamento de água para o consumo humano?**

- a. Tratado pelo serviço público de fornecimento
- b. Consumo direto do rio. Tratado com filtro de barro

- c. Não há tratamento

**15. Como é o fornecimento de energia elétrica?**

- a. Lampião
- b. Fornecido pelos órgãos governamentais

**16. Há transporte coletivo na comunidade?**

- a. Sim
- b. Não

**17. Existe Unidade de Saúde da Família na comunidade?**

- a. Sim
- b. Não

**18. Você tem ou já teve acesso a alguma política pública a exemplo do PRONAF?**

- a. Sim
- b. Não

**19. Você recebe algum benefício do governo?**

- a. Sim. Qual? \_\_\_\_\_
- b. Não

**20. Você ou algum da sua família possui alguma propriedade rural (roça)?**

- a. Sim
- b. Não

**21. Você ou alguém de sua família cria animais?**

- a. Sim. Qual? \_\_\_\_\_
- b. Não

**22. Você ou sua família recebem alguma assessoria de algum técnico do governo? (Agrônomo, veterinário, zootecnista, técnico em agropecuária)**

- a. Sim. Qual? \_\_\_\_\_
- b. Não

**23. Você acha que após a comunidade ser reconhecida como quilombola houve alguma mudança ou melhoria?**

- a. Sim. Qual? \_\_\_\_\_
- b. Não
- c. Não sabe opinar

**24. O que não tem na comunidade e que você gostaria que tivesse?**

R: \_\_\_\_\_

## **APÊNDICE III**

### **TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE IMAGEM**





























## ORÇAMENTO

**Título do Projeto:** Documentário da Comunidade Quilombola de Alagadiço em Juazeiro-Ba: Memória, Território, Cultura e Identidade

**Pesquisador Responsável:** Adeilton Gonçalves da Silva Júnior

**Fonte(s) dos recursos (Instituição ou pessoa) (caso exista):** Recurso próprio do pesquisador responsável.

	Valor em R\$
<b>MATERIAL PERMANENTE</b>	
01 Câmera fotográfica Nikon D3100	
01 Câmera filmadora Red Cam Canon	
01 Microfone lapena	
02 tripes para cameras	
01 Notbook	
01 iluminação	
<b>SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>	<b>1.200,00 R\$</b>
Vinhetas de abertura, encerramento e imagens aéreas	
<b>OUTROS</b>	<b>400,00 R\$</b>
<b>Gasolina</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>1.600,00 R\$</b>

Outros comentários: Todos os materiais de uso permanente citados pertencem ao

pesquisador.